



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL — PLP 237/12 — ALTERA O ESTATUTO DA MICROEMPRESA			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1.848/13	DATA: 26/09/2013	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul	INÍCIO: 14h29min	TÉRMINO: 17h34min	PÁGINAS: 65

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PEDRO WESTPHALEN - Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

JOSÉ SPEROTTO - Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

FREDERICO ANTUNES - Deputado Estadual do Rio Grande do Sul.

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLLIER - Secretário de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul.

BRUNO QUICK - Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas — SEBRAE.

ALEXANDRE BITTENCOURT DE CARLI - Diretor da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul — FIERGS.

SIMONE DIEFENTHAELER LEITE - Vice-Presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul — FEDERASUL.

VITOR AUGUSTO KOCH - Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul — FCDL-RS.

NELSON LIDIO NUNES - Vice-Presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul — FECOMÉRCIO-RS.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR - Chefe da Consultoria Jurídica da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República.

CARLOS RAIMUNDO PAVIANI - Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro do Vinho — IBRAVIN.

CELSO VICENTE MARINI - Vice-Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros — SINCOR.

JAIME GRÜNDLER SOBRINHO - Presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul — SESCON.

GERMANO BLENDER - Representante do Sindicato das Sociedades de Fomento Mercantil - Factoring do Estado do Rio Grande do Sul — SINFAC-RS.

SUMÁRIO

Seminário estadual para debate sobre a proposta de alteração do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, conhecido como Lei do Super-SIMPLES.

OBSERVAÇÕES

Não foi elaborado roteiro de reunião.

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.

Há orador não identificado em breve intervenção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve exibição de vídeo.
A reunião não se encerrou formalmente.**

**A SRA. APRESENTADORA - Boa tarde!**

Em nome da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 237, de 2012, que altera o Estatuto da Microempresa, iniciamos neste momento o Seminário Estadual de Porto Alegre, que tem como objetivo debater e propor alterações ao Estatuto da Microempresa, também conhecido como Lei do Super-SIMPLES Nacional.

O SIMPLES Nacional foi criado com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas brasileiras, nos âmbitos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais. A entrada em vigor da nova forma de arrecadação de impostos e contribuições simples, que literalmente simplificou e desburocratizou a forma de as empresas pagarem seus tributos, veio para atender às micro e pequenas empresas que, na década de 90, correspondiam a 97% do total de estabelecimentos empresariais. No entanto, apesar do grande avanço trazido pela Lei nº 9.317, de 1996, e pela Lei Complementar nº 123, de 2006, aprimoramentos ainda são necessários, razão pela qual esta Comissão Especial propõe o debate entre especialistas e interessados na temática, com o objetivo de colher subsídios para o aprimoramento do texto em tramitação na Câmara dos Deputados.

Compõem a Mesa: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Pedro Westphalen; Sr. Deputado Federal Afonso Hamm, membro da Comissão Especial e Coordenador do Seminário em Porto Alegre; Sr. Deputado Federal Ronaldo Zulke, membro da Comissão Especial, Coordenador do evento, coautor do PLP 237 e Coordenador da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Deputado Federal Guilherme Campos, Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa no Rio Grande do Sul; Sr. Deputado Estadual José Sperotto, Presidente da Frente Parlamentar da Micro Empresa no Rio Grande do Sul; Sr. Deputado Estadual Frederico Antunes; Sr. José Levi Amaral, representante do Ministério da Micro e Pequena Empresa; Sr. Humberto Goulart, Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre, neste ato representando o Prefeito Municipal José Fortunati.

Saudamos as demais autoridades e convidados aqui presentes, e, de forma especial, empresários, representantes sindicais, imprensa e a comunidade.



Neste momento, ouviremos a saudação do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Pedro Westphalen.

O SR. PEDRO WESTPHALEN - Muito boa tarde a todos! Sejam muito bem-vindos ao plenarinho da Assembleia Legislativa numa tarde da mais alta importância. Teremos aqui durante a tarde os debates da Comissão Especial para proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 237, de 2012, que altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Quero cumprimentar os Srs. Deputados Federais integrantes da Comissão Especial para proferir parecer ao Projeto de Lei: Deputado Federal Afonso Hamm, Coordenador deste encontro, parabéns pela mobilização, pela representação que nos traz aqui, o que vai certamente qualificar este encontro; Deputado Federal Ronaldo Zulke, meu ex-companheiro como Deputado Estadual, Deputado comprometido também com as causas do Estado e especialmente com as micro e pequenas empresas, que vem de uma região totalmente comprometida com esse segmento. De maneira especial, cumprimento o Deputado Federal Guilherme Campos. Seja bem-vindo ao nosso Estado! Nós temos uma alegria e uma parceria muito grande com o Estado de São Paulo e uma admiração por vossa cidade também. Como Presidente da Frente Parlamentar V.Exa. é fundamental para os avanços deste debate.

Quero cumprimentar o senhor representante do Ministério da Micro e Pequena Empresa, José Levi Amaral, o Deputado Estadual José Sperotto, Presidente da Frente Parlamentar Estadual de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, que tem feito um trabalho incansável, bem como o Deputado Frederico Antunes, Deputado do nosso partido, que fez recentemente aqui um barulho bastante grande, com bons resultados. As suas presenças são indispensáveis também para que esse debate consiga avançar e beneficiar a nossa sociedade, principalmente os pequenos e microempresários.

Cumprimento o Sr. Secretário Municipal da Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre, Dr. Humberto Goulart; as senhoras e os senhores dirigentes e representantes de entidades: da OAB, Luiz Eduardo Amaro Pellizzer; do SEBRAE Nacional, Bruno Quick de Lima; da FECOMÉRCIO, Nelson Lídio Nunes; da Federação das CDLs do Rio Grande do Sul, Vitor Augusto Koch, que também é



Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE-RS; e da FEDERASUL, nossa querida Simone Leite, uma lutadora inconteste nessas causas maiores.

Senhoras e senhores empresários, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores, Deputado Afonso Hamm, nesta tarde, nós temos a convicção de que vamos conseguir avançar — e é preciso avançar. Aqui é o fórum adequado para que esses debates aconteçam, porque, meu caro Deputado Guilherme, nos momentos em que a sociedade precisa debater assuntos, isso não é feito nem no Executivo nem no Judiciário, mas no Legislativo, nos nossos gabinetes, em Comissões como esta, nas audiências públicas externas onde há o debate entre toda sociedade. É aqui que o pobre, o rico, o preto, o branco, o índio, o colono, o empregado e o empregador vêm manifestar os seus anseios e as suas necessidades. E é a partir desses debates que nós ecoamos vozes em defesa da sociedade.

Eu tenho certeza de que o público que está aqui não espera outra atuação que não seja a atendê-lo de maneira a fazer com que ele execute o que sabe, que é trabalhar e produzir para este grande País. Portanto, sejam todos muito bem-vindos.

Eu estou em sessão plenária, mas, em respeito à categoria, em respeito à representação, em respeito ao Presidente Guilherme Campos, que veio até Porto Alegre para nos brindar com o seu conhecimento, não poderia deixar de fazer a abertura oficial deste evento. Então, a todos vocês, uma boa tarde e um bom trabalho.

Passo o comando para o coordenador deste evento, Deputado Afonso Hamm, que vai conduzir os pronunciamentos e falas. Deputado, tenho total tranquilidade para indicá-lo. Um abraço. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - O Sr. Deputado Federal Guilherme Campos é Secretário da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e aqui representa o Deputado Pedro Eugênio, Presidente da Frente, e o Deputado Armando Vergílio, Presidente da Comissão Especial.

Para dar as boas-vindas, convidamos os Srs. Deputados Afonso Hamm e Ronaldo Zulke, membros da Comissão Especial do PLP 237, que, a partir deste momento, presidirão o presente seminário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Em primeiro lugar, um grande boa-tarde a todas e a todos que aqui se encontram. Quero dizer da nossa satisfação e também da minha satisfação pessoal, na condição de Deputado Federal em segundo mandato, em representação ao Estado do Rio Grande do Sul, e na condição de estabelecer e trabalhar nas políticas do País e na política do País.

Naturalmente, vai ter direito à fala o meu colega Ronaldo Zulke, com quem estamos atuando e temos atuado muito nesta Comissão Especial. Eu fiz uma solicitação ao meu partido, o Partido Progressista, para que fizesse a minha indicação para participar desta Comissão Especial como membro titular — e assim ocorreu —, por estabelecer critérios de prioridade.

Temos outras áreas de conhecimento e de atuação, mas, pelo momento que o País vive e pelas perspectivas relacionadas às pequenas e microempresas e ao microempreendedor individual, que hoje faz parte também do sistema, nós entendemos que este tema tem prioridade número um para o País e, naturalmente, para o nosso Estado.

Em função da representatividade e das presenças, eu vou fazer uma saudação à Mesa e algumas referências, mas sintam-se todos cumprimentados. Nós até pensamos em fazer este evento no Teatro Dante Barone, um plenário maior, mas tivemos apenas uma semana e meia de mobilização e de organização.

Inicialmente, antes de saudar a Mesa, eu queria falar dos parceiros na organização deste evento. Nós tivemos o apoio do SEBRAE Nacional, na pessoa do próprio Presidente Luiz Barreto, que foi Ministro do Turismo, com quem compartilhamos atividades — eu fui Presidente da Comissão de Turismo, onde hoje atuo na condição de Vice-Presidente — e que tem feito um grande trabalho. Está aqui o Dr. Bruno Quick, que é um especialista e nos foi recomendado em primeira mão — estivemos com o próprio ex-Ministro e Presidente do SEBRAE.

Queria falar das nossas entidades. Para a preparação deste evento, nós realizamos, na outra semana, na segunda-feira, uma reunião na FECOMÉRCIO, através do nosso Vice-Presidente Derly e tantos outros que fica até difícil citar, juntamente com todas as entidades, o SEBRAE do Estado — o Koch está aqui — e a FEDERASUL, com a nossa Vice-Presidente.



Além da CDL e da Federação, que congrega todo esse segmento, nós temos tido a participação e o compartilhamento da FIERGS, que está representada em todos os momentos. Também buscamos as demais entidades, como a FARSUL, e tivemos várias representações. Não sei se eu me esqueci das que encabeçaram o apoio e inclusive o modelo que propusemos para esta audiência pública, esta grande reunião de trabalho.

Eu quero iniciar os cumprimentos pelo Presidente da Assembleia, Pedro Westphalen, que acabou fazendo a nossa abertura, em nome de quem agradeço à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e à representação do Poder Legislativo do Estado, que primeiramente buscaram os espaços, apoiando-nos em todas as instâncias. Nós temos dois Parlamentares na Mesa pelas designações e competências com que têm atuado. Um deles é o José Sperotto, que preside a Frente Parlamentar que trata do tema há muito tempo e está associado a nós, juntamente com outros colegas Parlamentares, alguns dos quais deverão participar deste evento. Nós lhe agradecemos a parceria, inclusive para a elaboração do formato deste evento. O outro Parlamentar é Frederico Antunes, Deputado parceiro que inclusive esteve em Brasília esta semana, sempre demonstrando sua disponibilidade, seu conhecimento e seu engajamento com a causa.

Eu e o Deputado Ronaldo Zulke, que vai se manifestar em seguida, representamos a Comissão Especial. Temos aqui um convidado especial, o Deputado Guilherme Campos, que é o Secretário-Geral da nossa Frente Parlamentar. Este novo momento que nos está sendo propiciado para debatermos a lei que trata do estatuto e que estabelece, portanto, a legislação, partiu exatamente da discussão na Frente Parlamentar Nacional, com a iniciativa do Deputado Pedro Eugênio, da qual, inclusive, o Deputado Zulke é coautor, juntamente com outros colegas que vêm atuando nesse tema de longa data.

Muito se critica o Congresso e as ações da política e dos políticos. Nós temos uma felicidade muito grande quando estabelecemos pautas e agendas absolutamente positivas, por isso eu quero ressaltar o papel do Parlamento nas instâncias estaduais e federal. As notícias que saem sempre são as más; muitas vezes, colam-se notícias ruins; e há a desqualificação do trabalho que lá é feito e a



desqualificação dos agentes públicos e políticos. Por isso, nós nos orgulhamos do nosso mandato e das nossas ações.

Isso é importante porque é preciso que também se fale das boas ações e, fundamentalmente, do bom trabalho, do bom exemplo. E nós temos trabalhado para que possamos trazer e complementar ações importantes no âmbito do Legislativo nacional.

Queria também fazer a saudação a Humberto Goulart, Secretário Municipal da Produção Indústria e Comércio, que representa o Prefeito Municipal José Fortunati, da nossa Capital, Porto Alegre.

Já chegou o nosso Secretário, então vamos chamá-lo à Mesa. Chegou na hora certa, Secretário. Chamo o Sr. Odir Alberto Pinheiro Tonollier, para, na condição de Secretário da Fazenda, também participar da nossa Mesa.

Quero estender os cumprimentos ao Bruno Quick, que será nosso palestrante e sobre quem já comentei aqui.

Também está conosco, na Mesa, o Sr. José Levi Amaral, que é Chefe da Assessoria Jurídica do Ministério da Micro e Pequena Empresa, cuja fala também ouviremos.

Nós estivemos com o Ministro Guilherme Afif Domingos, que só não está presente porque teve um acidente — do qual, talvez, muitos tenham conhecimento — e não pôde participar das nossas audiências. São dez audiências em todo Brasil, das quais só faltam duas: a de São Paulo, agora na segunda-feira; e a de Minas Gerais, na outra segunda-feira. No dia 10, estaremos fazendo uma audiência pública em Brasília, com o fechamento das contribuições que estão sendo feitas em todo o País.

Eu falava à imprensa, há pouco, que um dos fatores fundamentais que levou as pessoas às ruas foi o de que todos nós, na condição de cidadãos, queremos participar das decisões do País, queremos construir e participar das políticas públicas. Ninguém mais aceita, inclusive, receber o anúncio de uma boa notícia. Esse é o mote, essa é a mudança no comportamento das pessoas, o que é muito bom. É claro que aqui está um segmento empreendedor e empresarial, que estão segmentos importantes.



Dando início aos trabalhos, para que possa haver todas as falas, quero dizer, orientando como Presidente, que nós daremos um tempo para cada apresentação e que as entidades e representações também vão falar. Está previsto algo em torno de 1 hora para as manifestações e os debates. Queremos concluir por volta de 17h30min, no máximo, chegando até as 18 horas. Mas imagino que dá para cumprirmos o tempo.

Vou ser breve, mas, como Presidente, preciso manifestar o conteúdo, a forma como estamos trabalhando e a importância desta audiência. Esta é uma audiência que delibera, orienta e nos traz subsídios — este é o grande objetivo. E é por isso que nós queremos incluir, queremos dar mais oportunidades. São vários segmentos profissionais, não só do comércio, mas do setor de serviços, muitos dos quais estão hoje excluídos da condição de pequena e microempresa. Também queremos discutir as melhorias necessárias.

Em relação ao Ministro Afif Domingos, teremos um vídeo e uma manifestação também. Mas quero dizer pessoalmente que o Ministro está efetivamente engajado, por isso aceitou ser Ministro. Eu também disse a S.Exa. que só era justificável haver o 39º Ministério por ser o da pequena e microempresa e pelos resultados. Por isso o seu engajamento e, consequentemente, os avanços que nós queremos com essa legislação, com esse aperfeiçoamento legislativo que estamos estabelecendo.

Portanto, boas-vindas a todos. Desejo uma excelente reunião para todos nós, cujos trabalhos vamos ajudar a coordenar.

Lembro que também está presente o Instituto Brasileiro do Vinho — IBRAVIN, do setor da uva e do vinho, um segmento de interação que tem tentado, várias vezes, sua inserção. Há um esforço nosso, não só de gaúchos, mas um esforço nacional para fazermos essa inserção, assim como a dos representantes comerciais e de tantas categorias e atividades, porque nós estamos exatamente buscando a inclusão, a oportunização.

Passo, de imediato, a palavra ao Deputado Ronaldo Zulke.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Boa tarde a todos. É uma alegria estar novamente aqui, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Casa onde tive a oportunidade e o privilégio de estar durante 12 anos, representando uma



parcela do povo gaúcho. Também é uma alegria rever aqui vários amigos e parceiros de muitas caminhadas.

Quero saudar os componentes da Mesa. Vou pedir licença a todos os demais para, ao saudar o Deputado Guilherme Campos, que nos visita e que nos honra com a sua presença, estender esta saudação a todos os membros da Mesa. Guilherme é um parceiro nosso da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara Federal e tem sido bastante atuante na defesa do setor empresarial brasileiro. Tenho certeza de que futuramente, quando estiver presidindo a Frente Parlamentar da Micro e da Pequena Empresa, S.Exa. vai dar continuidade a esse trabalho.

Eu queria saudar, na pessoa do Secretário Odir, todos os representantes governamentais que nos acompanham nesta audiência pública.

Vou pedir licença a todos vocês para, na pessoa do Vitor Koch, nosso parceiro e Presidente do SEBRAE e da FCDL, estender minha saudação a todas as entidades que nos acompanham neste debate. Faço referência ao Vitor porque nós fomos parceiros em todo um trabalho que desenvolvemos durante vários anos, aqui na Assembleia Legislativa, em torno do SIMPLES Gaúcho, de que todos vocês certamente são condecorados, que se traduziu, depois de muita luta e de muita mobilização, numa conquista muito importante para a pequena e microempresa no Estado e, por conseguinte, para o desenvolvimento econômico do Estado.

Eu queria fazer rapidamente uma referência a essa boa tradição do Rio Grande. O Rio Grande, ao longo da sua história, não se tem negado a participar e a contribuir, sempre que convocado, nos debates sobre os temas que interessam ao povo brasileiro. Portanto, nós estamos, mais uma vez, tendo uma boa oportunidade para que todos aqui, representando diferentes setores, diferentes entidades, possam, digamos, honrar essa tradição do Rio Grande, oferecendo contribuições para este debate que nós estamos conduzindo em âmbito nacional.

Esta Comissão Especial que está constituída na Câmara tem um prazo para desenvolver o seu trabalho. São audiências públicas que estamos realizando neste momento, em diferentes Estados da Federação. Depois realizaremos uma audiência, como foi bem colocado aqui pelo Deputado Afonso Hamm, lá na Câmara Federal. Esperamos novamente contar com a presença de todos vocês, para tentar



sintetizar tudo aquilo que recolhemos nas diferentes audiências nos Estados e, dessa forma, conduzirmos o bom debate político sobre este tema.

Ninguém aqui desconhece a importância da pequena e microempresa para o desenvolvimento econômico do nosso País. Eu, especialmente, envolvi-me com esse tema pelo fato de ter identificado ser este o setor que mais gera emprego no nosso País; são as pequenas e as microempresas as responsáveis pela geração da maioria dos empregos do povo brasileiro. Portanto, no meu mandato, eu tenho um compromisso com a defesa pela geração de emprego para o povo brasileiro e para o povo gaúcho. Por conseguinte, tenho compromisso com todos aqueles que são parceiros nesse intento. As pequenas e microempresas são estratégicas, portanto, para atingirmos esse objetivo. O Brasil não seria o que é se não fosse a presença da pequena e da microempresa. Nós não teríamos tanto emprego como temos hoje, no nosso País, se não fosse a pequena e a microempresa — chega a quase 60%, não é Vitor?

Então, nós estamos falando aqui de um setor por demais importante para o desenvolvimento do País. E todos aqui também sabem o quanto nós avançamos em conquistas importantes, tanto no Estado quanto em âmbito nacional, com a legislação que estabelecemos para o SIMPLES Gaúcho e para o SIMPLES Nacional. Acho que podemos tranquilamente dizer que há unanimidade entre todos nós, no sentido de que avançamos muito na simplificação do sistema e também em conquistas objetivas que reduziram a carga tributária para a pequena e a microempresa.

Mas o fato de termos conquistado tudo isso não significa que conquistamos tudo o que precisa ser conquistado. E é exatamente por isso que nós estamos organizados na Câmara dos Deputados, na Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que tem chamado para si a responsabilidade de pautar, no Congresso Nacional, os temas que interessam a esse setor.

Mais uma vez, portanto, é iniciativa da Frente Parlamentar propor este projeto de lei que tem como objetivo qualificar, melhorar, avançar na legislação — que já é uma conquista que nós obtivemos nos últimos anos no Brasil. Mas, como é da vida, sempre que se dá um passo à frente, a gente almeja outros passos à frente.



Eu preciso dizer, por obrigação de ofício, que, evidentemente, todos aqui também são testemunhas de que essas conquistas são resultado da nossa mobilização, da nossa capacidade de fazer com que este tema entre na pauta política. Mas também ele é resultado da nossa capacidade de, através do diálogo, estabelecer um forte processo de negociação política que envolve o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais.

Eu sou um agente político que acredita no diálogo, na capacidade de negociação, e tenho certeza de que nós vamos concluir este processo avançando na legislação que estamos propondo. Se não avançarmos no todo, tenho certeza de que vamos identificar e conquistar avanços significativos no final deste processo. Nossa expectativa é, quem sabe, ainda este ano, termos uma nova legislação ou a legislação atualizada.

Sabemos que, no Congresso, pelo menos pela minha experiência... Eu não sou dos mais experientes neste Parlamento, estou no meu primeiro mandato federal, portanto, pouco conheço lá. Guilherme talvez conheça mais do que eu, Afonso também. Mas o que vou dizer aqui tenho certeza de que não vai ser contestado pelos meus colegas Parlamentares: aquela Casa funciona muito em função dos acordos políticos que são possíveis de ser construídos entre as diferentes bancadas e da relação da Câmara com o Poder Executivo. Ou seja, aquilo que a gente conseguir estabelecer através de acordo político tem grandes possibilidades de se transformar em legislação. Portanto, eu vou perseguir este objetivo: avançar o máximo nas nossas reivindicações e tentar construir um ambiente que favoreça a composição política, o acordo político com o Poder Executivo.

Todos aqui sabem que eu sou Parlamentar da base. Tenho, portanto, compromisso com o Governo, tanto Estadual quanto Federal, e não me afasto desse compromisso, dessa responsabilidade. Mas tenho certeza de que nós podemos construir acordos que vão se traduzir em conquistas para a pequena e microempresa, para todos os empreendedores, e para aquele objetivo a que me referi anteriormente de avançar ainda mais na geração de emprego para o povo gaúcho e para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Que tenhamos aqui um bom trabalho! (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Quero mencionar a presença do colega Deputado Danrlei, conhecido dos gremistas e, acho, dos demais torcedores.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Odiado pelos colorados, não é, Danrlei?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Deputado Ronaldo Zulke sua fala, com convicção e conhecimento.

Na sequência, vamos passar a palavra ao nosso Coordenador da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, José Sperotto.

O SR. JOSÉ SPEROTTO - Boa tarde a todas e a todos.

Quero saudar todos os senhores membros da Mesa, cada um dos senhores e das senhoras aqui presentes nas pessoas dos nossos anfitriões, Deputados Federais Afonso Hamm, Ronaldo Zulke e Guilherme Campos.

Vejam a importância de uma Frente Parlamentar. Aqui, quero fazer um pequeno histórico, Presidente Hamm: a nossa Frente Parlamentar, no dia 13 de novembro, vai completar 16 anos, e foi a primeira Frente Parlamentar criada neste Legislativo. Nesse período, contribuíram para o fortalecimento da economia no nosso Estado, como Coordenadores, os Deputados Berfran Rosado, Vilson Covatti, Luis Augusto Lara, Jair Foscarini, Kalil Sehbe e Maria do Carmo, que foi a primeira Coordenadora da Frente, em 1997.

Há 7 anos estou coordenando os trabalhos com o apoio de todos os Deputados Estaduais desta Casa, do nosso parceiro Frederico Antunes; do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul — SEBRAE-RS; da Federação das Indústrias do nosso Estado, a FIERGS; da Federação do Comércio de Bens e de Serviços — FECOMÉRCIO; da Federação das Associações Comerciais e de Serviços — FEDERASUL; da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas — FCDL; e da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul — FARSUL.

A nossa tarefa tem sido buscar melhorias para aqueles que geram emprego, trabalho, renda e oportunidade para os cidadãos gaúchos.



Muitas foram as conquistas que a Frente Parlamentar alcançou desde a sua criação: o Projeto de Lei nº 248, de 1997, que viabilizou o parcelamento de dívidas com a Fazenda Estadual; o tratamento diferenciado para as pequenas e microempresas e empresas de pequeno porte; a criação de um fundo de investimento para complexos industriais; a prorrogação do prazo para a vigência do emissor de cupom fiscal; o SIMPLES Gaúcho, no Governo Rigotto e, depois, a implantação do novo SIMPLES Gaúcho, lei sancionada pela Governadora Yeda na nossa cidade de Guaíba; a interiorização dos debates acerca da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; o apoio à regulamentação das lojas francas, as *free shops*, nas cidades-gêmeas; o apoio ao fim do Imposto de Fronteira no Estado do Rio Grande do Sul. O Governo do Estado não poderá mais cobrar a diferença de 5% sobre as mercadorias compradas, em outros Estados, pelas pequenas e microempresas gaúchas optantes do SIMPLES Nacional. Votei, em plenário, favoravelmente ao PDL 3/13, de autoria do nobre Deputado Frederico Antunes.

Acompanhamos outras conquistas, como a criação da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa e do Programa Gaúcho de Microcrédito, que é, talvez, um dos melhores programas criados pelo Governador Tarso Genro neste Estado.

Em Brasília, contamos com a sensibilidade da Presidenta Dilma na criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, comandada pelo nosso Afif Domingos. Somos parceiros do Ministro Afif na Frente Parlamentar da Câmara Federal, coordenada pelo Deputado Pedro Eugênio, do PT de Pernambuco, na luta pela desburocratização do SIMPLES Nacional. A nossa Frente Parlamentar tem como um dos focos a adequação da legislação da substituição tributária, com o intuito de preservar o tratamento diferenciado para as pequenas e microempresas. Este é um princípio constitucional que impõe a simplificação, a redução e/ou a eliminação das obrigações fiscais, como meio de conferir ao pequeno e microempresário condições de competitividade relativamente aos seus concorrentes de médio e grande porte.

Buscamos, através do diálogo com os Governos Estatal e Federal, medidas que nos ajudem a viabilizar essa prioridade. Acompanhamos de perto os projetos que tramitam no Congresso, bem como a revisão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa proposta por Afif Domingos.



Também somos favoráveis ao PLP 237/12, que altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, de autoria do Deputado Federal Pedro Eugênio, do PT de Pernambuco, que busca melhorias ao setor.

O debate realizado nessa Casa é sempre salutar. Um só exemplo das principais propostas do PLP 237: “(...) extensão dos benefícios aos produtores rurais pessoa física e agricultores familiares”. As pequenas e microempresas não estão somente dentro da cidade, estão dentro do campo também. Um dia, quando dermos conta, veremos que as pequenas e microempresas começam dentro da nossa própria casa, por isso temos que cuidar do que desenvolvemos e produzimos.

Para finalizar, para não ser muito extenso, Sr. Presidente, em nome da Frente Parlamentar desta Casa, quero dizer da nossa satisfação e quero agradecer a todos os senhores por terem vindo participar desta audiência pública no nosso Estado. Realmente estamos engajados no trabalho para que a pequena e a microempresa e o empreendedor individual tenham essa diferenciação que lhes é garantida pela Constituição.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado José Sperotto, Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

Parabenizo extensivamente todos os Parlamentares pelo brilhante trabalho que têm feito, bem como pelos resultados. Temos trabalho, mas temos resultados e visibilidade do trabalho. Esta é a política moderna: trabalho e resultados.

Com a palavra o Deputado Frederico Antunes, autor do PDL 3/13, que acabou com o Imposto de Fronteira.

O SR. FREDERICO ANTUNES - Boa tarde, Deputado Afonso Hamm. Quero cumprimentar toda a Comissão Especial e também da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa na pessoa do Deputado Ronaldo Zulke.

Também temos a satisfação de receber aqui o Deputado Guilherme Campos, que hoje é o Secretário da Frente, mas, pela informação que já temos, deverá assumir, nos próximos dias, a Presidência desta importante Frente Parlamentar da Câmara Federal. (*Risos.*)

Nós tivemos a oportunidade de conversar com o Deputado Armando, que foi muito gentil em nos receber e não só fez menções à sua categoria, que está aqui



presente de forma maciça, com seus corretores de seguros — a quem muito lhe honra representar —, como também fez questão de manifestar o quanto ele ouve o Deputado Guilherme Campos, pelo seu conhecimento e pelo seu talento para tratar especificamente deste tema que nos reúne hoje, nesta audiência pública.

Quero saudar o Sr. Odir Tonollier, Secretário da Fazenda; o meu querido Secretário Humberto Goulart, representando o Município de Porto Alegre, nossa Capital; e o meu colega Deputado José Sperotto, que vem tocando a Frente Parlamentar com dedicação, com denodo e com muita experiência, por ser da área, como empresário também desse porte.

Saúdo todas as entidades presentes, o que me permitam fazer na pessoa do Dr. Bruno Quick, representante do SEBRAE Nacional, a quem disse agora, em particular, mas quero dizer a todos que não me canso de ser seu garoto-propaganda por onde passo, por todo este Estado, depois que eu o vi fazer algumas apresentações em defesa da necessidade do cumprimento constitucional.

Eu acho que este aspecto, Deputados Afonso Hamm, Ronaldo Zulke e Guilherme Campos, é que moveu todos os Srs. Parlamentares e a Comissão a quererem fazer com que definitivamente fosse cumprido o texto constitucional, nos seus arts. 170 e 179. O que está sendo feito aqui é a adequação constitucional daquilo que deveria ter sido cumprido e não o foi. De certa forma, nós temos uma desobediência constitucional, pois o art. 170 e, principalmente, o art. 179 não são cumpridos na plenitude.

O marco para a realização disso pode ser, sem dúvida, o PLP 237. Portanto, a nossa confiança é de que audiências públicas como esta se tornem, na prática, aquilo que se deseja fazer na concertação constitucional e aquilo que interessa para o bem-estar desse percentual absoluto que, como já foi dito várias vezes, as pequenas e microempresas representam, tanto na geração de emprego quanto também no desenvolvimento das nossas comunidades.

Objetivamente, eu gostaria de fazer aqui quatro sugestões, Sr. Presidente. Primeiro, eu gostaria de sugerir que ficasse fixado, no texto do art. 13, § 6º, que, para as pequenas e microempresas, a Substituição Tributária e o Diferencial de Alíquota não serão implantados, ou seja, que a ST e a DIFA entre os Estados não atingirão as empresas ligadas ao SIMPLES Nacional.



Em segundo lugar, eu queria sugerir que as categorias ora requerentes da inclusão das suas atividades sejam incluídas mediante uma interpretação de texto do próprio SIMPLES. Ou seja, todas aquelas que tiverem um faturamento de até o limite da última faixa do SIMPLES, registradas com o seu CNPJ, sejam de qual segmento forem e qual segmento representem, já estarão automaticamente enquadradas no SIMPLES Nacional. Sem querer fazer aqui uma colcha de retalhos e incluir determinado segmento, todos já estão incluídos, sendo de pequeno e microporte.

A terceira sugestão é ter aquela fase de transição que o Deputado Guilherme e todos da Comissão defendem, a fase da transição da pequena empresa para a média e grande empresa, que é normalmente o caminho que se toma. Essa adequação seria para que a empresa não passasse, abruptamente, de um sistema simplificado para um sistema tradicional, porque a musculatura da pequena empresa não está ainda preparada para essa fase que seria a do dia seguinte.

Eu acho que são pontos como esses que o Ministro Afif Domingos defende, por isso ele está lá como Ministro, cargo que só aceitou, imagino eu, por causa disso. Também são pontos que todos nós defendemos, sempre tendo em vista a preservação daquilo que, já por várias vezes, temos como salutar: ao defender a pequena e a microempresa, você defende a base da formalidade, da arrecadação e, inclusive, do superávit previdenciário, o que já está sendo comemorado neste País, talvez pela primeira vez, depois de muito tempo, justamente porque a formalidade da pequena e microempresa dá ao Brasil condição para que tenha melhorias. Esses aspectos são fundamentais para todos nós.

Eu agradeço, Sr. Presidente, e desejo uma boa reunião para todos nós.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado Frederico. Também cumprimentamos V.Exa. pelas iniciativas e pela consolidação da atuação política.

Na sequência, agora teremos a fala do nosso Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Dr. Odir Alberto Pinheiro Tonollier. Com a palavra, por 5 minutos, o nosso Secretário da Fazenda.



O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER - Boa tarde, ilustre Deputado Afonso Hamm, coordenador deste encontro, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Deputados, em especial, o nosso Deputado José Sperotto, nosso Deputado da Frente Parlamentar da MPE do Rio Grande do Sul. Cumprimento as lideranças aqui presentes.

É uma satisfação participar desta audiência onde o Congresso exerce o seu papel de ouvir a sociedade, de ouvir o Governo, de ouvir todos os interessados. Como disse o Deputado Ronaldo Zulke, tudo funciona melhor no Congresso Nacional se for acordado, se for mediante um entendimento. Eu acho que é este o caminho que se procura através das audiências públicas. No Congresso Nacional, tudo é muito difícil se não houver um acordo, mas um acordo é possível através de lideranças inteligentes, que busquem o bem comum e um ponto de equilíbrio entre as relações econômicas, entre Estados, entre lideranças, entre empresas. E eu acho que é isso que se procura.

Deputado Guilherme Campos, que nos visita — os demais Deputados já nos conhecem —, aproveito para lhe informar que as nossas MPEs do Rio Grande do Sul tiveram um crescimento de 13,8% na sua receita bruta de 2012, em relação a 2011. Isso tudo ocorreu num cenário onde nós tivemos um PIB negativo, o que mostra, de um lado, a pujança e o empreendedorismo dessas pequenas e microempresas, e, de outro, que nós certamente temos aqui, em âmbito governamental, programas que efetivamente viabilizam e dão capacidade competitiva para essas empresas.

Além daqueles benefícios da lei federal, Deputado, nós temos aqui o famoso SIMPLES Gaúcho, que já vem de vários governos, como conquista por parte dos optantes pelo SIMPLES. Mas agora, no nosso Governo, nós fizemos o Super-SIMPLES Gaúcho, em que nós demos descontos significativos nas alíquotas federais do SIMPLES Nacional. Entre as primeiras 270 mil empresas optantes pelo SIMPLES, o Governo gaúcho deu desconto de 100% do recolhimento para 240 mil microempresas com faturamento de até 360 mil reais. Isto é, as empresas que efetivamente pagam representam apenas 11%, às quais se aplica a tabela do SIMPLES Nacional e, ainda, descontos que variam de 30% a 40% — quanto menor o tamanho da empresa, maior o desconto. Isso representou certamente um impulso



muito grande, o que é reconhecido nas discussões sobre o SIMPLES que temos tido, levantadas pelo Deputado Frederico Antunes: “*Mas, olhem, não mexam no SIMPLES Gaúcho*”. O SIMPLES Gaúcho é o que nós temos de melhor aqui no Rio Grande do Sul. É um SIMPLES diferenciado.

E não por acaso, Deputado Guilherme Campos — menciono o senhor de novo —, em recente estudo da CNI e do próprio SEBRAE, nós recebemos destaque nacional entre os dois ou três Estados que têm o cenário mais atrativo para as empresas optantes pelo SIMPLES. Estamos aqui nos revezando com o Rio de Janeiro, entre o segundo ou, dependendo do caso, o terceiro lugar. Só quem está à frente é o Estado do Paraná.

Então, nós estamos nesse grupo dos três Estados que têm a menor carga tributária para as empresas do SIMPLES. E eu ainda ressalto: se nós considerarmos que aqui o combustível, a gasolina e a energia elétrica têm uma alíquota de ICMS mais barata, que é um componente importante no custo de todos vocês, certamente eu posso afirmar, com segurança, que o Rio Grande do Sul tem a menor carga tributária do Brasil para as empresas optantes pelo SIMPLES.

Os estudos do SEBRAE e da CNI já nos dão o segundo ou o terceiro lugar, sem contar com a alíquota de ICMS do combustível e da energia. Computado isso, eu afirmo, sem medo de errar, Deputado Afonso Hamm, que aqui nós temos, sim, a menor carga tributária. E não por acaso, de 2011 a 2012, nós tivemos mais de 7.600 empresas optantes pelo SIMPLES.

É evidente que o nosso Governo é democrático. Nós achamos que um sistema tributário não é perene e nem pode ser, que ele sempre tem de estar em discussão com a sociedade, sendo melhorado ou ajustado, seja no interesse da sociedade, seja no interesse efetivo da economia do Estado do Rio Grande do Sul. É nisto que estamos insistindo junto às entidades empresariais, às pequenas e microempresas, às médias e grandes empresas: nós precisamos chegar num consenso do que é bom para a economia gaúcha.

Nós não podemos, Deputado Afonso Hamm, também deixar de olhar o todo. Temos a máxima preocupação e o interesse de que tenhamos aqui uma indústria pujante, uma indústria que tenha mercado. Precisamos, sim, viabilizar todo comércio, para que seja interessante comprar aqui no Rio Grande do Sul e para



movimentar a nossa indústria. Isso, Deputado Afonso Hamm, gera renda, com a qual se vai comprar na esquina, no comércio de vocês. Agora, se nós compramos tudo o que é produto em outros Estados e na China, é evidente que isso vai levar a nossa economia a um encolhimento, afetando, consequentemente, o comércio.

É nesse sentido que nós temos de nos preocupar aqui com o todo, com toda a economia do Estado do Rio Grande do Sul. Dentro disso, dentro dessa discussão, já disse e repito: é um Governo democrático, aberto ao diálogo. Um sistema tributário, seja da grande, da pequena ou da microempresa, sempre tem de estar aberto a sugestões e ao debate, para que a gente chegue a um ponto de equilíbrio e consiga a melhor equação para a nossa economia e o fortalecimento das empresas do SIMPLES, as quais, eu reconheço, empregam muita gente e que esperamos que cheguem a ser médias e grandes.

Esse é um ponto de partida ao qual o Governo dá atenção. Desde o início, na proposta de governo, o Tarso Genro assumiu esse compromisso. E, já no primeiro ano, ele reduziu drasticamente a carga tributária. Nós temos aqui uma das menores cargas tributárias, falando em volume. E não se pode dizer que isso ocorreu porque as empresas não aumentaram o seu faturamento, pois elas aumentaram. Mas isso ocorreu porque aqui, efetivamente, a carga tributária sobre o SIMPLES é a menor do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Secretário Tonollier.

Só para entendermos a dinâmica, estamos indo de acordo com o prazo previsto de 5 minutos em média. Nós vamos ter agora a participação do Bruno Quick, do SEBRAE, que fazer uma apresentação. Nós lhe pedimos que utilizasse em torno de 15 minutos, que é mais ou menos o que combinamos. Se puder ser dentro desse tempo, está ótimo.

Depois nós teremos a fala do representante do Ministro, que será mais ou menos dentro desse tempo. Em seguida, teremos a fala do nosso Vice-Presidente e Líder, representando a Frente Parlamentar, Deputado Guilherme Campos. Aí teremos as quatro entidades.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - As entidades querem falar antes? Então, seria agora, porque temos uma sequência, nós estamos seguindo uma sequência, para ampliar o debate Podem esperar um pouco? (*Pausa.*) Nós, quando preparamos esta audiência em conjunto, fizemos de tal forma que chegássemos às entidades e depois ampliássemos o debate com as reivindicações setoriais. Concordam? (*Pausa.*)

Bom, então, nós temos quatro entidades inscritas e, na sequência, alguns inscritos, pois queremos abrir para as inscrições agora. Eu vou pedir à nossa Secretaria e a mais alguém da nossa Assessoria que possa nos apoiar, que façam as inscrições. O IBRAVIN está inscrito. Iremos, então, na sequência, com a identificação, fazendo algumas inscrições. Vamos avaliar o tempo, mas, pela forma como a audiência está transcorrendo, vamos ter tempo suficiente, dentro do planejado.

Então, neste momento, já chamo o nosso palestrante, que vai fazer uma síntese, a quem vou orientando sobre o tempo.

Com a palavra o Dr. Bruno Quick, Gerente da Unidade de Políticas Públicas do SEBRAE Nacional.

O SR. BRUNO QUICK - Boa tarde a todos.

Eu vou ser bastante direto. Quero cumprimentar todos os Deputados da Mesa, na pessoa do Deputado Guilherme Campos, Secretário-Geral da Frente Parlamentar, do Deputado Ronaldo Zulke e do nosso amigo, Deputado Afonso Hamm; quero agradecer pelo convite, representando o Ministro; e quero cumprimentar o Levi, os empresários e empresárias, as lideranças presentes, na figura do Presidente do nosso Conselho, Vitor Koch.

Eu queria fazer uma ponderação rápida. Em primeiro lugar, alguém que me antecedeu comentou sobre a diferença entre um programa de governo e uma política de Estado. A participação é elemento essencial na legitimação, para que não seja apenas um programa de governo, mas uma política de Estado. Quando fizemos a Lei Geral — o Vitor está aqui, desde aquela época —, nós fizemos carreata aqui, com milhares de empresários gaúchos. Na época, o hoje Ministro Nardes era Presidente da Frente Parlamentar. Enfim, nós tivemos 100 mil participações, então, foi uma conquista, sim, da sociedade em desenvolvimento. Nós precisamos de um



modelo de desenvolvimento, e, para o senhor que é da Comissão de Desenvolvimento, esse é um elemento de fato fundamental.

Em segundo lugar, há momentos em que a coisa fica muito difícil. Às vezes, é difícil conciliar, nem diria interesses, mas funções e papéis. O papel de uma Secretaria de Fazenda é arrecadar, e isso deve ser respeitado, porque financia o Estado e é importante para fazer funcionar o Estado. Mas o empresário tem que manter a sua atividade, e, às vezes, a coisa fica desbalanceada. Eu diria, Secretário, que nós temos uma questão muito mais de forma do que de mérito. É a nossa percepção de tudo o que estamos vendo no Brasil.

Quanto ao Congresso Nacional, os Deputados falaram com muita propriedade sobre a grande função do Legislativo, deste Poder. Mais uma vez, recairá sobre o Legislativo essa função de conciliar, mediar ou mesmo arbitrar uma transformação no avanço da sociedade. Agora, fazer esse papel é muito difícil. Lá em Minas Gerais, ainda na liderança empresarial, eu tomei umas chamuscadas muito grandes, porque às vezes tem-se que negociar de um lado e de outro. Então, quem faz esse papel precisa, primeiro, ter estômago para aguentar. Quem está na chuva é para se molhar, e, às vezes, para fechar uma janela, molha-se todo.

Às vezes, num processo de conciliação, é natural haver momentos de conflito, em que alguém deve assumir uma proposta. Então, é importante que o conjunto entenda que a gente está desempenhando esse papel, seja solidário, e continue trabalhando junto.

Não se esqueçam, quem está aqui hoje, de que, dia 10 de outubro — seguramente, o Deputado Guilherme vai falar —, vai haver a audiência final que encerrará esse processo. Na hora, vamos fazer barulho e visitar os gabinetes, os Deputados, porque de lá caminha para uma emenda substitutiva global que vai para o plenário. Aí, precisamos ter os votos da maioria dos Deputados.

Eu vou fazer uma apresentação muito rápida, Secretário. Vou trazer muitos números. Tem um cliente preferencial na apresentação, que é o senhor. Vou tentar convencê-lo aqui. (*Riso.*)

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeira coisa, o SIMPLES Nacional é um sucesso, é a revolução na formalização no Brasil. Hoje, nós temos três vezes mais empresas formalizadas no



SIMPLES do que há 6 anos. Nenhum país viveu um fenômeno como esse. Nós vamos mostrar a repercussão disso não só no emprego, mas na arrecadação dentro do SIMPLES e na arrecadação agregada do ICMS.

Compra governamental.

O Secretário representa aqui o Governador Tarso Genro. O Rio Grande do Sul hoje é a menina dos olhos. O Programa Fornecer, de compras governamentais, é o mais consistente do País. Nós o mostramos para todo o mundo.

Lei Geral nos Municípios.

O Rio Grande do Sul é um dos Estados que tem maior número de leis gerais implementadas no País. A municipalidade está reagindo muito bem. Os Deputados Estaduais que mobilizam suas bases, as Prefeituras aqui representadas pelo Secretário Municipal estão fazendo um belo trabalho.

Arrecadação dentro do SIMPLES.

Aí vem uma questão delicada: na época do surgimento do SIMPLES, nós tivemos muita dificuldade com o CONFAZ. A Secretária Lina era a representante e tinha a preocupação de que a arrecadação dos Estados ficasse comprometida. O pessoal da ABRASF e os Secretários dos Municípios também tinham.

Vejam que a arrecadação dentro do SIMPLES só fez crescer. Se olharem a barra vermelha, que é dos Estados, vão falar: “*Mas os Estados cresceram menos*”. Aqui dentro não tem substituição tributária, diferencial de alíquota, antecipação e créditos não compensáveis. Se jogarmos aqui dentro, essa curva vermelha vai ter uma *performance* bastante destacada.

Secretário, aí vem a grande questão. O senhor falou que tem de olhar o conjunto. O senhor tem toda razão. A análise tem que ser sistêmica. No Rio Grande do Sul, no período de 2007-2008 — isso é geral, não é só da pequena empresa —, houve uma *performance* boa de evolução, de 74%, contra esses números do próprio CONFAZ, acima do PIB, acima da inflação.

Além do ganho dentro do SIMPLES, a participação é pequena. Se não me engano, a ST do SIMPLES é só 3% da arrecadação. Mas é no agregado da economia que o SIMPLES faz a diferença, porque as empresas formalizadas compram com nota. Empregando, estimulam o consumo licitado, que é a base da arrecadação do ICMS.



Entretanto, na lei como um todo — eu mostrei vários capítulos — há várias necessidades de ajuste. O Dr. Levi, seguramente, vai mostrar a visão do Ministro: as vedações, o problema de cobrança de taxa do MEI, a burocracia com a substituição tributária; outros controles, não só a questão de carga; as compras governamentais que Municípios ainda não fazem. No Rio Grande do Sul, o Governo do Estado é exemplo, eu já disse.

Incentivos fiscais.

Vou dar dois exemplos: o Programa de Alimentação dos Trabalhadores — a micro e pequena empresas não podem ter o estímulo do PAT; Lei de Inovação — a pequena empresa não tem acesso à Lei de Inovação, porque a Lei Complementar nº 103 vedava no âmbito do Governo Federal. O Governo Estadual permite. ICMS e substituição — estão onerando muito. Vou mostrar, em seguida, os dados.

Secretário, fazemos questão de sempre colocar isso aqui na apresentação. O ICMS é o maior imposto isoladamente no Brasil. Ele corresponde a 75% da arrecadação própria dos Estados. Falar com o Governo de Estado sobre ICMS não é fácil, porque é o principal tributo que financia as funções do Estado. Estou errado? Então, é algo sensível, tem que ser bem discutido. As repercussões são grandes.

Entretanto, para a micro e pequena empresas também, que estão do outro lado, 33% do benefício da lei em termos de evolução da carga tributária, que está aqui — começa a pagar pouquinho, vai ganhando escala, vai chegando próximo do lucro presumido —, saindo, caem no regime débito e crédito, ou regime aplicável.

Essa curva é aliviada em um esforço. Trinta e três por cento do esforço é no campo do ICMS. Trinta e três por cento da carga tributária de todas as faixas, a média, é de ICMS. Então, comprometer esse esforço é comprometer de novo um terço da política pública — como o senhor bem disse — do conjunto.

O senhor disse também, no Rio Grande do Sul, que os optantes do SIMPLES, 2012 sobre 2011, são 11%.

O SR. ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER - Treze.

O SR. BRUNO QUICK - Treze por cento, 13,8%. Ótimo!

O número de empresas que estavam no SIMPLES — esse estudo é de 2008-2011, são bases da Receita que temos disponível — cresce 15,9%. Só micro e pequenas empresas sem MEI; os empregados crescem mais um pouco, o que é



uma ótima notícia. Está gerando mais emprego; a receita das empresas, mais ainda, o que é ótimo! Está ficando mais competitivo. Mais receita por empregado. Portanto, pode pagar, inclusive, melhores salários. Entretanto, o alargamento da aplicação da substituição tributária pegou praticamente todos esses aqui somados e cresceu. Nesse período, declarado pelas empresas no PGDAS, houve uma expansão de alcance da ST em 65 bilhões de reais que as receitas faturaram. Essa é uma pista para o problema.

Cálculo, base da receita, dados declarados.

Em 2008, as pequenas empresas pagaram na ST 1,7 bilhões a mais do que pagariam no DAS — média Brasil, Secretário; em 2011, as empresas pagaram 3,9 bilhões a mais. A grande maioria das empresas, 58%, iniciam negócio com menos de 10 mil reais de capital de giro. Até elas atingirem o ponto de equilíbrio... O empreendedor vive do capital de giro. O salário dele é o capital de giro. Então, é muito sensível para sofrer esse impacto.

Lembro que o SIMPLES foi balanceado. Foram feitas contas para cada faixa. Então, quebrar aquela lógica é desbalancear a política.

Secretário, no Rio Grande do Sul, estudos de 2011 mostram que a receita da ST no SIMPLES, declarada, é equivalente a 3,2% da arrecadação do Estado. Só que se ela deixa de pagar na ST, ela volta a pagar dentro do SIMPLES. A estimativa do Trinchão, que é o Coordenador do CONFAZ, é a seguinte: se sair a ST, teria, no caso, um impacto de metade deste valor, que daria 1,6%.

O senhor viu a pesquisa. O Rio Grande do Sul, nessa matriz ponderada entre comércio e indústria — a CNI só fez comércio —, se se puser comércio e indústria, aqui está o SIMPLES, o que deveria ser, só o Paraná está abaixo na média. Apesar da ST no Paraná, como eles têm uma isenção, até 360 mil, compensou.

O Rio Grande do Sul está no clube dos cinco melhores. Por exemplo, essa discussão do diferencial de alíquota interestadual já aparece como um componente. Na verdade, o diferencial aparece ainda pequeninho. A questão é quando expande a pauta ou o tipo de produto substituído. O Rio de Janeiro cobre o diferencial sobre produtos para consumo próprio e do ativo fixo. O impacto é mais reduzido.



Então, o que acontece? Numa discussão nacional — o Projeto de Lei Complementar nº 237 é para arrumar isso no Brasil —, Estados terem uma pequena empresa está quase impossível. Nós vamos ver o impacto disso nos empregos.

No Rio Grande do Sul, a ST isoladamente equivale hoje a 58% do que seria DAS. Quanto ao desconto, o senhor tem toda razão. Aqui há uma isenção para uma faixa. Mas a ST, apesar do esforço do SIMPLES gaúcho, faz com que essa parte do SIMPLES esteja comprometida.

Aquela história do sujeito que acha uns peixinhos na praia e começa a jogá-los de volta para o mar, alguém fala: *"Meu amigo, são tantos peixinhos, não vai fazer diferença nenhuma!"* E o cara fala: *"Mas para aquele que eu joguei na água vai"*.

Quanto ao setor que cai na ST — obviamente, nesse setor, tem que ver os produtos —, há produtos que são de fabricação de pequena empresa. É aí que recai a discussão. A questão é mais de forma, Secretário. A conversa não é só com o Secretário, estou apenas evidenciando porque é raro ver aqui o Secretário. Em sete eventos, esse é o segundo em que o vemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Isso é uma retribuição ao prestígio que o Secretário está oferecendo para a nossa audiência pública.

O SR. BRUNO QUICK - Valorizem isso aqui, porque não é fácil. A maioria evita discussão. A minha conversa é muito mais de respeito e valorização que de qualquer outra coisa.

Então, quando o setor entra no ST, sente muito. A forma de fazê-lo, o tipo de produto... Falei do Rio: o Rio está colocando, por exemplo, pequenos produtos e ornamentos em material de construção. Então, aquele ornamentozinho de gesso não é a grande empresa que faz, aquilo não deveria estar lá dentro. Agora, um tubo de PVC, o cimento, o vergalhão, sim, não é problema, nunca foi.

Também, quando a indústria cai, ela sente. Estão aqui: produtos cerâmicos, fabricação de laticínios. Então, em produtos cerâmicos há muitas coisas aí dentro, várias delas típicas de pequena empresa.

Temos os impactos da oneração dos tributos. Para encerrar, com o aumento da carga, o aumento da burocracia, o aumento da necessidade de capital de giro — principalmente na indústria —, o comprometimento do SIMPLES, a geração de passivo — consta-nos que foram excluídas 11 mil empresas aqui no Rio Grande do



Sul. Se no SIMPLES já está difícil, imaginem fora dele. Então, é complicado, é um problema real das empresas.

Impacto na geração de empregos é o tema com que fecho agora. Secretário, cruzamos aqui a questão da carga tributária e o ritmo de geração de emprego. E chegamos à conclusão de que dos Estados que menos pagam, o Rio Grande do Sul é o quarto melhor, para fazer jus; e o que mais paga é o Acre. Hoje, o sublimite é o menor possível.

Vimos que as tendências são medianas, há variações, mostram que existe uma relação entre a carga tributária e o ritmo de geração de emprego. Em novembro do ano passado, essa taxa era: cada 1% a mais de ICMS esfriava 1,38% o ritmo de geração de emprego. Fizemos agora de novo em agosto. Em agosto, nós fizemos a conta de que, para cada 1% a mais na média de ICMS, existe um esfriamento de 1,41% na geração de emprego. Esta, então, é uma relação estatística identificada entre o sobrecusto das empresas do SIMPLES e o desempenho no emprego.

Temos a seguinte situação: a confiança dos consumidores está oscilando até recentemente para baixo. O Brasil construiu um modelo de desenvolvimento que deu massa salarial, que deu poder de compra, que deu confiança que está gerando a economia interna, o que é fundamental para o ICMS, porque é imposto sobre consumo. Então, o comércio começa a ter queda de confiança; os serviços impactam muito os Municípios. A própria indústria começa, então, a sentir.

As notícias mais recentes são boas — quem viu a pesquisa da CNI de ontem sabe.

O que é preocupante? A indústria começa a ter menor carga horária trabalhada — isso é da CNI, também. No mês de junho, houve uma queda de 1,7% de horas trabalhadas, o que no médio prazo leva ao desemprego, quebra da confiança, do consumo e impacta a arrecadação.

Temos um problema: a infraestrutura começa a arrancar investimentos; a agropecuária, inclusive no Rio Grande do Sul, com desempenho muito bom... A indústria reage, mas são ciclos longos. E o que sustenta hoje o consumo e a arrecadação — inclusive do ICMS — é o consumo das famílias, que está esfriado por insegurança, por medo de perder o emprego. Isso não é nada drástico, são tendências.



Portanto, o setor que nos últimos 10 anos gerou 83,7% dos novos postos de trabalho, gerou a expansão do número de vagas, do estoque de trabalho no Brasil, é o setor da micro e da pequena empresa. Nos anos de crise, nós tivemos a grande empresa encolhendo emprego. No mês passado, a grande empresa brasileira encolheu 14 mil empregos; a pequena aumentou 55 mil. No mês de agosto, a grande empresa ainda encolheu 2.400 portos de trabalho; a pequena empresa expandiu 127 mil. Ou seja, desenvolvimento que envolve, que dá ganho e inclusão está na pequena empresa.

Boa notícia — e o portador não deveria ser eu, mas os senhores: fizemos no SEBRAE uma pesquisa de confiança nos empresários. Aí, Secretário, isso é que é bacana: 77% das pequenas empresas querem manter o número de empregados que têm; 3% querem diminuir; 20% querem aumentar. Então, esse é um setor para botar ficha, para sustentar a confiança, o consumo e a própria arrecadação. Então, ficamos muito na questão de forma, porque o interesse, esse sim, é comum; esse é comum. Manter a economia girando é fundamental para o próprio financiamento do Estado.

O Ministro esteve no Rio Grande do Sul. Essa matéria é daqui do Rio Grande do Sul, e ele esteve aqui falando.

A grande conclusão é que temos um interesse absolutamente comum, um interesse genuíno do País, da sociedade, do Estado brasileiro, do empresário, do Fisco: manter a pequena empresa gerando emprego, distribuindo renda, criando confiança e encorajando o consumo para promover a arrecadação. Temos coragem de afirmar que não há conflito de mérito. É um conflito? Não, é uma dificuldade de encontrar a forma.

Então, tanto o Secretário quanto nós temos trabalhado muito com dados. No que o SEBRAE puder ajudar a subsidiar, podem contar conosco.

Bom trabalho. Desculpem-me a delonga. (*Palmas na plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Zulke) - Muito bem.

Vamos ouvir, então, o nosso colega Deputado Guilherme, que prestigia o Rio Grande com a sua presença e com as suas contribuições. Ele que tem sido um parceiro nosso, tanto lá na Comissão de Desenvolvimento quanto na Frente Parlamentar da Micro e da Pequena Empresa.



O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Obrigado, Deputado Ronaldo.

Boa tarde a todos os presentes aqui. É um prazer estar novamente aqui no Rio Grande do Sul. Frederico e Sperotto, queiram transmitir o nosso agradecimento ao Presidente Pedro Westphalen pela cessão do espaço, por estar nos recepcionando aqui nesta tarde.

Uma característica de quem trabalha com a micro e pequena empresa — e a Frente Parlamentar tem essa característica — é de ser suprapartidário. Quando o assunto é micro e pequena empresa, as diferenças partidárias desaparecem. Exemplo disso são todos os representantes que aqui estão, principalmente na figura do Afonso, que tem sido incansável nesse processo, nesse trabalho de defesa da micro e pequena empresa, com participação importante na questão da micro e pequena empresa rural, do setor de vinhos, tem sido incansável neste processo; e o Deputado Ronaldo Zulke, que está no seu primeiro mandato. No primeiro mandato já é sabido, imaginem então o que vem depois! Não é fraco, não. Juntamente com eles dois, há Deputados daqui do Estado do Rio Grande do Sul, como o meu amigo Danrlei, que aqui esteve, o Deputado Renato Molling, que também tem uma participação muito forte na defesa do setor produtivo.

Cumprimento o Secretário Odir, que veio aqui nos prestigiar com a sua presença e com a coragem de estar aqui junto com todos aqueles que são os representantes e que defendem a micro e pequena empresa.

Eu venho aqui representando o nosso Presidente da Frente Parlamentar, o Deputado Pedro Eugênio, e também tenho uma missão difícil — não estou representando o Presidente da Comissão Especial que o Afonso representava. Armando Vergílio pediu que viesse aqui para cuidar da turma dele, do setor de seguros. A turma dele vem, está presente. Eles têm lá um grande representante no Congresso Nacional.

Quanto à inclusão dos setores, como disse aqui o Frederico, a nossa tese é no sentido de que, independentemente do ramo de atividade, do famigerado CAE, o que deve entrar em consideração para inclusão de um empresa na Lei Geral é o seu faturamento. Então, esse é um mantra que nós estamos colocando para defesa nesse processo de atualização.



Junto com os corretores de seguros há os corretores de imóveis, há os representantes comerciais, há os despachantes, há as clínicas de ginástica, as clínicas de fisioterapia, os escritórios de advocacia, e tantas outras atividades que hoje já se organizam e trabalham para ser reconhecidas, para estar inclusas na Lei Geral, a ponto de isso ter virado um mantra principalmente do Ministro Afif, representado aqui pelo Levi, sem o qual nós não estaríamos discutindo esse tema hoje, o tema da micro e pequena empresa. Ele foi o grande articulador para que lá na Constituição de 1988 nós tivéssemos a oportunidade de ter o capítulo que dá o tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas.

Então, o Ministro Afif é a nossa grande esperança nesse processo de articulação entre o Legislativo e o Executivo, porque de nada adianta nós fazermos um projeto que possa ser o mais abrangente possível, se não estiver combinado com o Executivo aquilo que possa ser empregado e que possa ser colocado para valer.

Dessa articulação entre o Legislativo e o Executivo, o Afonso sabe e o Ronaldo Zulke acabou de falar a respeito. Nós depositamos todas as nossas esperanças na articulação do Ministro Afif, porque isso ele sabe fazer, e sabe fazer muito bem.

Então, Levi, transmita-lhe a nossa alegria em tê-lo como Ministro da Micro e Pequena Empresa que nos vai propiciar essa oportunidade ímpar. O SEBRAE Nacional, aqui representado pelo Bruno, vem acompanhando e dando suporte a todos os processos nessa pregação, nessa via sacra, pelo Brasil inteiro, de estar ouvindo Estado a Estado com as sugestões para serem agregadas ao projeto.

O Relator do Projeto de Lei Complementar nº 237 que está na Comissão Especial — 237 é fácil, é o número do Bradesco — é o Deputado Cláudio Puty, do PT do Pará, que pediu desculpas por não poder estar presente aqui hoje no Rio Grande do Sul. É uma pessoa muito envolvida nesse processo e com certeza vai preparar um texto, um relatório, um substitutivo para abranger todas as sugestões que forem apresentadas.

Eu queria fazer aqui uma referência especial ao Vitor, pelo FCDL, ao Derly, da FECOMÉRCIO, e à Simone, da FEDERASUL, que representam aqui importantes setores do Rio Grande do Sul.



A mobilização e a luta pela extinção da famigerada multa de 10% adicionais de imposto de renda foi grande. Eu me senti como a Ponte Preta, meu time: jogou como nunca, perdeu como sempre. (*Risos e palmas na plateia.*) Isso, por causa de um voto no Senado, mas ainda não acabou, há novidades a chegar. Nós não sabemos o resultado da Câmara. Estamos provocando o Congresso Nacional para que saibamos qual foi o resultado da Câmara.

Essa cobrança, essa perpetuação de uma contribuição na forma de um novo imposto não é justa. Vamos nos articular para chegar lá.

Eu sou comerciante, filho de comerciante, neto de comerciante. Comecei na política através de entidade de classe: primeiro, no CDL de Campinas; depois, na Associação Comercial de Campinas e na Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. Então, esse tema da micro e pequena empresa, eu conheço bem porque eu vivo isso — não é de ouvir falar. Eu vivo como empresário.

O Secretário teve de sair, mas, antes, disse: “*Todos nós sabemos que cada um tem o seu papel, e o papel da Secretaria da Fazenda é arrecadar*”.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, efetivamente, foi a verdadeira reforma tributária que deu certo; deu certo e todo mundo abraçou a causa. O que aconteceu com os Fiscos estaduais? Procuraram alternativas dentro da lei para arrecadar mais, na função deles. Eu não vou criticar, porque eles estão lá para isso. Cabe a nós procurar os antídotos e as alternativas para que as empresas possam crescer, pagando os impostos de maneira saudável. Esse eu acho que é o nosso grande desafio.

E burocracia é como custo na empresa e a nossa unha: você tem que cortar de tempos em tempos. Você tem que estar preocupado com o custo para cortá-lo; com a burocracia também, para cortar o que ela agrega nos processos.

O Ministro Afif tem outro mantra, que é a simplificação do SIMPLES. O SIMPLES não pode ser complicado. Aqueles anexos, tabelas, etc. têm que migrar para algo que seja realmente simples, para que qualquer pequeno ou microempresário possa fazer a sua contabilidade na sua casa, sem ter que recorrer aos escritórios de contabilidade, mais necessários para o processo gerencial do que para pura e simplesmente preencher guias de recolhimento de obrigações tributárias.



Em cima desses mantras está a inclusão das empresas através do faturamento. Então, defendemos, primeiro, o critério do faturamento; segundo, a simplificação; terceiro, a compatibilização do crescimento com a Lei Geral.

Eu tenho uma tese. Eu acho que a empresa que extrapolar o limite dos 3 milhões e 600 mil reais pode ser incluída no regime de lucro presumido, pagando, no lucro presumido, sobre a diferença daquilo que exceder o limite da Lei Geral. É um critério simples. Acho que todo o mundo entende esse critério, e podemos pleitear esse tipo de ajuste.

Outra questão que também afeta a vida de toda pequena e microempresa são as faixas de pagamento das alíquotas. Acho que ninguém aqui nunca teve que chegar ao final do mês e analisar: *"Eu vou fazer essa venda neste mês ou vou esperar o mês que vem, para não subir de alíquota?"* Ninguém aqui nunca fez isso, não é? Nunca. Eu estou falando de uma coisa que acontece em Marte, não é?

Que se adote o mesmo mecanismo que já é adotado para o Imposto de Renda da Pessoa Física, que é aquela linha contínua. Vê-se o faturamento e pronto, acabou. Não tem que ficar pensando e fazendo engenharia contábil para ver se vai para lá, se vai para cá, se vai fazer a venda neste mês ou se vai fazer a venda no mês seguinte.

Essas são propostas simples, para que possamos facilitar a vida daquele que empreende, daquele que arrisca o seu patrimônio, daquele que, na maioria das vezes, põe a sua família trabalhando, ombro a ombro, com seus funcionários e colaboradores.

A pequena e microempresa, além de tudo, tem o sotaque local. Você quer conhecer uma cidade? Veja quem são os empreendedores locais. Esses, sim, dão a personalidade e a cara de cada cidade. Eu, como nasci no balcão, gosto do comércio, e gosto do comércio de rua, aquele que tem a característica da cidade. O Bruno está dando risada porque concorda comigo. É ali que você vê e sente como a cidade é.

Eu poderia me estender aqui por mais alguns minutos, mas o Deputado Afonso está preocupado com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Não, não. Pode falar. A fala está indo bem, e nós estamos gostando. (*Riso.*)

**O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS** - Está bem.

Voltando à questão do crescimento das empresas, não ocorre aquilo que os especialistas chamam de síndrome de Peter Pan, a síndrome de quem não quer crescer; no nosso caso é pior, é a síndrome de Benjamin Button. Porque se, de 1 ano para o outro, a empresa ficar do mesmo tamanho, ela já será menor, porque tudo aquilo com que ela trabalha já subiu de patamar: os insumos já mudaram de patamar, os produtos já mudaram de patamar, a folha de pagamentos já mudou de patamar. A atualização dessas faixas é uma necessidade constante. Então uma das teses que são colocadas na pauta é passar o teto de 3,6 milhões de reais para 4 milhões de reais, e assim proporcionalmente para todas as outras faixas que estão aí representadas.

E o assunto do momento é a tal da substituição tributária, essa que conseguiu, através da engenhosidade do Fisco, tirar aquele tratamento diferenciado da pequena e da microempresa. Eu, pessoalmente, sou favorável à substituição tributária, mas favorável dentro do espírito com que ela foi concebida. E a substituição tributária foi concebida para produtos de exceção. Como existe uma concentração de fabricantes, em vez de ir ao varejo e taxar todo o mundo, vai-se àquele que concentra a produção, o que facilita e homogeneiza a vida de todo o mundo. Mas o Fisco, muito esperto, viu que esse negócio funcionava e começou a jogar para tudo.

O exemplo que eu gosto de citar é o do caranguejo no Ceará. O tributo sobre o caranguejo no Ceará é pago por substituição tributária.

A substituição tributária é um instrumento de arrecadação excelente, dá igualdade de competição a todos, todo o mundo tem que recolher, mas passou a haver um abuso. Em função desse abuso, nós temos que achar um antídoto para que a substituição tributária não tire todo aquele tratamento, todo aquele esforço que foi dado na Lei Geral às pequenas e microempresas.

Nos dados que o SEBRAE nos traz e que o Bruno nos apresentou, vemos que um Estado que tem um diferencial muito grande em relação a isso é o Estado do Paraná. Coincidência ou não, o atual Secretário da Fazenda lá é Deputado Federal e fazia parte da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, o



Deputado Luiz Carlos Hauly, que conhece o assunto e está conseguindo aplicar muito das suas teses, das suas lutas, no seu dia a dia, como Secretário da Fazenda.

Deputado Afonso, encerrando a minha fala, quero dizer que acho que todos nós aqui temos uma grande responsabilidade. Se, por um lado, o programa do Governo Federal que faz sucesso é aquele que dá habitação às pessoas, o Minha Casa, Minha Vida — todo o mundo quer ter a sua casa própria —, por outro lado, e as pesquisas comprovam isso, o brasileiro é um povo empreendedor, quer ser o seu próprio patrônio. Para ele, a empresa própria é o seu sonho, e nós não podemos deixar que esse sonho da empresa de todo brasileiro se transforme num pesadelo. Temos que estar sempre vigilantes para que a vida daquele que trabalha, a vida daquele que produz, que gera emprego e distribui riqueza seja facilitada, seja uma vida simples.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos a grande contribuição e defesa consistente do nosso colega Deputado Guilherme Campos, que, sem dúvida alguma, conhece o assunto e, além disso, está contribuindo de forma definitiva com esses conceitos e afirmações que acaba de proferir.

Nós vamos fazer uma pequena inversão, em função do fato de que alguns líderes de entidades têm outros compromissos. Vamos retardar um pouquinho a fala do José Levi e imediatamente conceder a palavra os oradores das quatro entidades, para que façam sua manifestação.

Começamos com o Dr. Alexandre Bittencourt De Carli, da FIERGS, que foi nosso colaborador na organização deste evento. Quero inclusive agradecer à sua organização.

S.Sa. tem a palavra para proferir a sua fala.

O SR. ALEXANDRE BITTENCOURT DE CARLI - Obrigado, Deputado.

Eu gostaria de cumprimentar todos os Deputados e os demais presentes. Inicialmente, quero louvar esta iniciativa de discutir com todos os setores uma lei que é tão importante.

Particularmente, nós tivemos um encontro com o Deputado Pedro Eugênio, no Conselho da Pequena e Micro Empresa, no âmbito da CNI, em Pernambuco, com mais 24 representantes de Federações da Indústria. Contamos com a



participação do Sr. Leone, da Secretaria, que também discutiu esse assunto há bastante tempo com a indústria. Isso é louvável, porque temos condições de dar a nossa opinião e mostrar o que acontece.

Eu sou um industrial de pequeno porte. Nós temos uma empresa familiar. Então, nós sentimos realmente na pele todos os problemas que acontecem com a indústria: a carga tributária, a substituição tributária, a diferença de alíquotas. Isso tudo onera bastante o nosso negócio.

Com relação ao projeto, as Federações entregaram uma carta com várias reivindicações. Muitas delas — e eu fico congratulado — já foram citadas e defendidas aqui. Isso é muito importante.

Assim, eu gostaria de acrescentar, rapidamente, a questão da Margem de Valor Agregado, a MVA. Nós precisamos de uma redução dessa Margem de Valor Agregado na substituição tributária.

Tomemos como exemplo o setor de confecção. Todos nós sabemos que, quando há uma troca de estação, as empresas do comércio fazem uma grande liquidação, e muitas vezes essa margem impacta o preço; paga-se imposto sobre o valor do desconto. Nós estamos sugerindo aqui um desconto de 70%.

Outra questão importante é com relação à contribuição previdenciária hoje no SIMPLES. Com a mudança na arrecadação previdenciária pela folha de pagamento, médias e grandes empresas estão pagando 1% sobre o faturamento, enquanto, no SIMPLES, na maior faixa, pagam-se 4,6%. Aí temos uma diferença muito grande e que vai contra o espírito da lei. Também precisamos ter uma situação diferenciada nesse aspecto. Esse é um ponto que eu acho que tem que ser reavaliado, reestudado, porque isso impacta bastante.

Hoje já temos empresas, apesar da diferença no ICMS, que estão reavaliando se vale a pena continuar no SIMPLES, ou se vale a pena ir para o lucro real ou o preço mínimo. É uma questão importante para avaliarmos.

De uma forma geral, então, agradeço novamente a iniciativa. Vamos torcer e lutar bastante para que isso seja aprovado e que o máximo de questões sejam englobadas nessa lei, porque estamos vendo que isso está acontecendo, está sendo feito.



O grande problema é que não há a velocidade que temos na indústria. Sabemos que, como isso tem que ser acertado entre vários setores, a velocidade do processo não é grande. E isso é sempre um problema para nós. Nós gostaríamos que isso fosse sempre atualizado.

Outra questão importante, de que me lembrei agora, é a questão da correção das faixas. Isso que o senhor falou é muito importante: a cada ano a gente diminui, porque tudo sobe, e a faixa não sobe. Isso também é muito importante.

Eu agradeço a oportunidade e deixo a palavra para a próxima Federação.

Quem seria, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Gostaria de agradecer a identificação. Eu o chamei de Alexandre.

O SR. ALEXANDRE BITTENCOURT DE CARLI - Meu nome é Alexandre Bittencourt de Carli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - É você?

O SR. ALEXANDRE BITTENCOURT DE CARLI - Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Coincidência os dois nomes de representantes da FIERGS serem Alexandre. Prazer em conhecê-lo. Cumprimento-o pela fala e pelas indicações.

Aliás, todas as indicações ou reforços, em relação ao que cada um falou, além de serem gravados, serem registrados, nós queremos depois numa comunicação por escrito, para que possamos adensar este documento.

Agradecemos, então, ao representante da FIERGS e passamos a palavra à Vice-Presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul — FEDERASUL, a Dra. Simone Leite.

A SRA. SIMONE DIEFENTHAELER LEITE - Muito obrigada.

Queria iniciar fazendo uma saudação aos nossos Deputados e a todos os que compõem a Mesa, em especial ao Deputado Afonso Hamm, ao Deputado Ronaldo Zulke e, de forma muito carinhosa, ao nosso Deputado Guilherme Campos, que tem sido um grande parceiro. A gente tem tido oportunidade de rodar o Brasil e, sempre que é chamado, S.Exa. está presente nas nossas discussões, onde quer que estejamos trabalhando.



Quero fazer uma observação e dizer que nós estamos aqui vivendo uma verdadeira PPP, uma parceria público-privada, no campo das ideias. Nós entendemos que isso é muito oportuno e razoável para que tenhamos sucesso e êxito nos nossos pleitos.

Vou fazer eco também a todas as falas dos nossos colegas, saudando os colegas das demais Federações, dizendo a todos os presentes e aos senhores que fazem representação política que aqui, no Rio Grande do Sul, é muito bacana porque as Federações trabalham de forma unida.

Nesse último mês, nós tivemos duas oportunidades de estar reunidos, debruçados em torno do mesmo tema, criando consenso, fazendo uma pauta única que agrupa a indústria, o comércio, o serviço e também a agricultura. Eu acho que esse é um exemplo. Por isso, cumprimento todos os empresários e colegas líderes empresariais.

Como muitos dos que me antecederam aqui já fizeram as suas colocações, eu penso que é importante frisar alguns pontos, uma vez que fazemos a representação de 240 associações comerciais, industriais e de serviços que têm essa associação espontânea e que se debruçam sobre esses temas nas localidades e nas comunidades nas quais estão inseridas.

Parece-nos urgente, sim, fazer a conclusão deste trabalho, deste dever de casa que está sendo tão bem conduzido pelo Ministro Afif e pelos Srs. Deputados da Frente Parlamentar de forma muito oportuna.

A Lei do SIMPLES foi criada justamente para dar competitividade, trazer as empresas para a formalidade e evitar a sonegação. Em cima disso, então, a nossa expectativa é a de que seja excluída a substituição tributária e a diferença de alíquota, o tal Imposto de Fronteira, para essas empresas que são optantes do SIMPLES.

Também é nossa sugestão que haja um mecanismo de transição para o Regime Geral, como já foi aqui abordado, e que também possamos qualificar as empresas por faturamento, e não por atividade, para que possamos ter mais atividades contempladas, mais empreendedores, mais empresários com essa facilidade da Lei do SIMPLES.



Nós entendemos que é de suma importância que a agilidade seja dada, que essa lei seja implementada. Nós sabemos que vamos viver, a partir de outubro, um ano pré-eleitoral, mas que não usemos isso como um instrumento de busca de votos. Que possamos seguir num diálogo correto, efetivo, eficaz, com soluções importantes.

Para encerrar, eu quero dizer, Bruno, que foi show de bola a tua apresentação. Que bom que o nosso Secretário teve oportunidade de ver esses números.

Deputado José Sperotto, Deputado Frederico Antunes, quero também saudá-los e dizer da nobreza do nosso ato, agora, nesse último mês, de conseguir fazer a revogação do Imposto de Fronteira aqui, no Estado do Rio Grande do Sul. Eu acho que nós demos um grande exemplo, sempre com o viés da defesa da geração de emprego e renda, por meio dos optantes do SIMPLES, para a população do nosso Estado.

Com isso, queremos encerrar, agradecendo mais uma vez a parceria de todas as Federações e nos colocando à disposição para seguir dando andamento a esses pleitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Eu quero explicar a todos aqui que o Secretário Odir teve que sair para atender a um chamado do Governador. Se der tempo ainda, assim que o Governador o liberar, ele pretende retornar à nossa reunião. De qualquer forma, a assessoria do Secretário está nos acompanhando. E eu me avoro aqui no direito de representá-lo, se for o caso, em futuras demandas.

(Não identificado) - Se for para notícias boas, está autorizado por todo o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Concluindo, eu quero agradecer à Dra. Simone pela apresentação e reforçar também a questão do nosso desprendimento em relação às questões partidárias. Nós temos atuado, como o próprio Deputado Zulke sabe, de forma direta nas questões de energia no Rio Grande do Sul, na questão do carvão mineral. Nós temos atuado em vários



segmentos, e da mesma forma nos temas em que se tem afinidade política e também amizade, porque, do ponto de vista pessoal, isso tudo é importante.

Eu entendo que a discussão eleitoral deve ser feita no momento certo. Quando a gente antecipa a discussão de governo, isso atrapalha muito o País e atrapalha muitas vezes os Estados. O que vale para o Brasil vale para todos nós. Então, tem sido um componente que muitas vezes atrapalha.

Alguns se contagiam por esse entusiasmo, por essa condição. Às vezes, a gente fala muito da “drenalização”, mas poderíamos usar o nome do clássico que temos no interior do Estado, em Bagé, de onde eu venho: o Ba-Gua. Aí, ou se é Bagé, ou se é Guarany. Eu tenho certeza de que temos tido grandeza nesses temas. Se alguns não têm, não fazem parte de uma discussão de nível, de importância, de relevância.

Estamos tratando de 60% dos empregos formais do País, empregos com carteira assinada, que são representados por esses segmentos. Imaginem com a agregação de quem ainda não está podendo participar. O programa ainda não permite a inclusão em muitas circunstâncias.

Gostaria, então, de agradecer a colaboração à representante da FEDERASUL.

Quero, de imediato, chamar o Presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul — FCDL-RS, Vitor Augusto Koch, para fazer a sua manifestação.

Já temos algumas inscrições aqui na sequência. Depois vamos ouvir a FECOMÉRCIO e ainda temos a apresentação do representante do Ministro.

Com a palavra o Presidente da FCDL do Rio Grande do Sul.

O SR. VITOR AUGUSTO KOCH - Muito obrigado.

Faço uma saudação especial ao nosso Deputado Federal Guilherme Campos. Quero lhe desejar uma boa estada no Rio Grande do Sul. Tenho muito orgulho de acompanhar, há bastante tempo, o seu trabalho e quero lhe parabenizar, dizendo que estamos na torcida para que as coisas se alinhem e o senhor assuma a Presidência da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa.

Quero cumprimentar o Deputado Afonso Hamm, que preside esta audiência pública da Comissão Especial que debate alterações no Estatuto da Micro e



Pequena Empresa; e, de forma muito especial, o Deputado Ronaldo Zulke, que, de longa data, vem buscando melhorias no tratamento da micro e pequena empresa no Rio Grande do Sul. S.Exa. muito bem nos conduziu, na ocasião, e vem nos apoiando como entidade empresarial. Gostaria de saudar também os nossos colegas de entidades empresariais e todos os participantes.

Muito não há mais a se dizer, Deputado Afonso Hamm, em face do que já foi dito e esclarecido. Quero colaborar dizendo apenas que o Ministro realmente está muito alinhado, quando usa o jargão “simplificar o SIMPLES”. E, quando se fala em simplificar o SIMPLES, existe já um regulamento de tributação. Então, nós realmente não entendemos a substituição tributária, não a defendemos e talvez sejamos o contraponto de que não se tem que mexer em margem de valor agregado, e sim extingui-lo das pequenas e microempresas, para que elas tenham competitividade. E que os demais impostos que foram articulados pelas demais secretarias de fazenda desapareçam, para que o SIMPLES realmente tenha a efetividade proposta quando foi criado.

Essa era uma lei para tratar de forma diferente os diferentes, simplesmente para apoiar aqueles que estão querendo produzir para o País, gerar renda e emprego. Nós entendemos dessa forma.

Colaborando, de forma rápida, para encerrar, quero dizer que, neste documento assinado em comum com as demais entidades, nós mostramos uma dificuldade que estamos tendo, especialmente o varejo, com uma ação muito forte do INMETRO.

A nossa Lei Geral estabelece que é preciso haver uma notificação para, depois, ser feita a autuação. Isso não está acontecendo. A autuação está acontecendo de imediato, e o fórum para recorrer é administrativo, ou seja, não temos defesa, nós pagamos a multa. Não importa se temos razão ou não, nós pagamos a multa. Então, para isso, é preciso ter um tratamento diferenciado.

O mesmo ocorre com o ECAD. Quando, em nossas lojas, queremos criar um ambiente mais favorável, mais agradável aos nossos clientes, nós somos autuados por esse instituto, por essa entidade, sei lá o nome que dão ele. Pagamos pesadas multas, e não podemos tornar o ambiente mais agradável.



Por fim, quero colaborar com o nosso Deputado, quando ele fala da correção das faixas, já que houve correção em todos os setores da economia, e a nossa faixa é perpétua — dá quase para se dizer assim. Foi uma longa luta, Deputado — e V.Exa. participou muito dela —, quando nós mudamos de faixa, de valor...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. VITOR AUGUSTO KOCH - Exatamente.

E isso nós consideramos uma vitória, porque era uma correção. Se fosse feita a correção, talvez os valores fossem ainda maiores. Portanto, agradeço este grande trabalho que vocês estão fazendo.

Nós estamos participando, eu e o Bruno Quick, por incentivo do Bruno, na questão da articulação em defesa desse pleito. Começamos na Câmara de Deputados e no Senado. Em 2012, todos os senhores nos receberam e nos acompanharam nas visitas aos Senadores e às demais lideranças dos partidos.

Muito obrigado a todos e uma saudação também muito especial ao Bruno Quick, que se tem empenhado enormemente para fazer o esclarecimento da nocividade da substituição tributária e das demais demandas que nos são impostas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Presidente Vitor Koch, assim como às demais entidades com contribuições mais enfáticas em alguns aspectos.

Eu estava lembrando aqui com os Deputados Guilherme Campos e Sperotto que está previsto nessa alteração algo também sobre o ECAD. Temos um tema ligado a isso, exatamente com essa preocupação, para tratar dessa questão de direitos autorais e em relação a alguns outros temas. Nós temos algo relacionado com essa instituição. Depois, poderemos detalhar, se sobrar um tempinho.

Muito obrigado pelas contribuições.

De imediato, passamos a palavra ao amigo Nelson Lídio Nunes, Vice-Presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul — FECOMÉRCIO-RS, que está aqui juntamente com toda a equipe, para sua explanação e referências.

O SR. NELSON LIDIO NUNES - Boa tarde a todos.



Eu queria saudar o Presidente e o anfitrião deste evento, os Deputados Afonso Hamm e Ronaldo Zulke; o Deputado Federal Guilherme Campos, Secretário-Geral da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa; o Deputado e amigo Sperotto; o Deputado Frederico Antunes, nosso grande companheiro também; o representante da Prefeitura de Porto Alegre, Rinaldo Simões; o representante do Ministro Afif Domingos, José Levi Amaral; o nosso amigo e companheiro Bruno Quick, que, hoje, como sempre, foi brilhante nas suas explanações; as demais autoridades; e os colegas das Federações.

Eu acho que pouco restou para ser dito, em função de tudo o que já foi abordado hoje aqui nesta audiência pública. Para abreviar, nós produzimos um documento que eu convidaria as Federações aqui presentes para fazer a entrega ao Deputado Afonso Hamm.

Neste documento estão elencadas todas as nossas ansiedades a respeito das leis que tratam das pequenas e microempresas, dentro daquilo que já foi colocado aqui, e outras proposições também que nós gostaríamos que fossem atendidas dentro desse PL.

Então, convido os colegas para fazer a entrega do documento.

(Pausa prolongada.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Nós, de posse já deste documento e dessa articulação, cumprimentamos as entidades por constituírem um documento de entendimento. Isso demonstra a grandeza de propósito e da atuação das entidades. Mas nós temos que ouvir também aquelas representações que estão inscritas. Nós temos já algumas aqui — temos três na sequência — para nós podermos ouvir as manifestações, que é o nosso grande propósito e, inclusive, receber os encaminhamentos, os pleitos, quando forem por escrito, e fazer os registros.

A primeira entidade... Eu me esqueci de que temos de ouvir o José Levi.

Vamos ouvir as entidades, e o José Levi faz o fechamento. Concorda, José Levi?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Está ótimo.



Eu acho que podemos ouvir o representante do Ministro. Os representantes de entidades que estão escritos — deixe-me só mencionar e valorizar — são: Dr. Carlos Paviani, pelo IBRAVIN; o Celso Marini, que é do SINCOR (Sindicato dos Corretores de Seguros), que está extremamente bem representado hoje, em ampla maioria, como já mencionado aqui pelo Deputado Zulke, que reforçou esse aspecto; e o Jaime Gründler, do SESCON (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis).

Nós temos outras representações, mas essas são as primeiras três inscrições que vamos ouvir, após ouvir o nosso convidado, o Dr. José Levi do Amaral, que é o Chefe da Assessoria Jurídica do Ministério da Micro e Pequena Empresa e que aqui representa o nosso Ministro. Inclusive, parece que há um vídeo aqui também para ser apresentado com a fala do Ministro Guilherme Afif Domingos.

Então, com a palavra o Dr. José Levi, a quem agradeço a gentileza de ter aguardado para fazer a exposição neste momento.

O SR. JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR - Boa tarde a todos.

Cumprimento os membros da Mesa: o Deputado Guilherme Campos, nosso Líder na Câmara dos Deputados; os Deputados Afonso Hamm, Ronaldo Zulke, Frederico Antunes e Sperotto; e o Secretário Humberto Goulart. Cumprimento também todos os que estão aqui acompanhando este evento.

É uma grande alegria, uma grande honra participar desta audiência pública. Eu já percorri vários Estados do nosso País para essa atividade, e é um prazer muito especial estar aqui na Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, que é o meu Estado natal. É sempre uma satisfação para mim voltar ao Rio Grande do Sul.

Sendo bastante objetivo, eu gostaria de dizer a natureza daquilo que vou apresentar. São sugestões gestadas dentro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, como fruto de conversas várias levadas a efeito pelo Ministro Afif Domingos, dentro do Governo Federal, com os Governos Estaduais, com a sociedade civil. Então, muito do que vai ser dito aqui está na linha de várias outras propostas já em discussão no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal, e tem por objetivo permitir aportes que tragam contribuições, aperfeiçoamentos, sempre na busca de simplicidade e racionalidade melhores, dentro daquilo que já está posto.



O Ministro é insistente em reconhecer o protagonismo do Congresso Nacional na matéria. A nossa tarefa é subsidiar os Srs. Parlamentares na busca de textos que sejam adequados ao bem público que se procura alcançar, no sentido de favorecer e promover a pequena e a microempresa. Este é o nosso intento: ajudar, subsidiar, trazer ideias dentro de um escopo que já está em muito bom curso nas mãos dos Srs. Parlamentares. Portanto, é com esse espírito que eu peço que entendam o que vou expor.

Eu quero conversar fundamentalmente sobre quatro sugestões. Numa ordem lógica, essas quatro sugestões depois serão seguidas por outras sugestões mais pontuais e, na medida em que houver interesse, no debate, nós podemos desenvolvê-las.

A primeira é a regulamentação do Cadastro Nacional Único a que se refere a Constituição. Vejam, este é o primeiro ponto essencial para o ponto seguinte. Parece uma coisa óbvia, mas às vezes o óbvio deve ser dito. Notem, a Constituição pede esse cadastro único, mas o cadastro único não existe para valer entre nós. Existe o Cadastro Federal, o Estadual, o Municipal, às vezes ainda existe o do Bombeiro, o do Meio Ambiente, o da Polícia e assim por diante.

É fundamental que haja um cadastro único. Para quê? Para que haja uma simplicidade na hora de abrir a empresa. É preciso que haja um único cadastro e não vários cadastros. Isso será importante para o passo seguinte, que eu já vou mostrar.

Boa caminhada já se fez no assunto, graças à chamada REDESIM. Agora, é fundamental generalizar a REDESIM. Há vários Estados e Municípios que aderiram à REDESIM, mas é importante, é fundamental generalizar.

No momento em que tivermos um cadastro único e em que a REDESIM for plena, ao menos no âmbito de cada Estado, enfim, quando a REDESIM for generalizada, for universal, abre-se a possibilidade do guichê único. Do ponto de vista administrativo, do ponto de vista da missão institucional como órgão da administração pública, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, o guichê único é a nossa grande meta.

O que é o guichê único? O guichê único é a ideia de centralizar, na Junta Comercial, a competência para abrir e fechar empresas. A única interface a que



deverá se dirigir o empreendedor será a Junta Comercial. Houve um estudo de que, na cidade de São Paulo, para abrir uma empresa, o empreendedor deve percorrer algumas centenas de quilômetros entre um órgão e outro, entre um guichê e outro, entre os vários necessários para a abertura da empresa. A ideia é eliminar isso, ser um único guichê, não ter mais que gastar sola de sapato para abrir a empresa. Vai num único guichê e esse guichê único será a Junta Comercial. Ela será a interface para outros órgãos públicos; mas, para o empreendedor, ela será a interface única. Os demais órgãos públicos, porventura necessários, lidarão com a Junta Comercial, o empreendedor apenas com a Junta Comercial. Mas não é só. A intenção, o propósito da Secretaria da Micro e Pequena Empresa é a de colocar em pé, até meados do próximo ano, um portal do empreendedor, que será a versão virtual da Junta Comercial, em que o empreendedor solicitará a abertura e o fechamento da empresa. Isso é fundamental na nossa ótica. Isso é fundamental na ótica do Ministro Afif Domingos. Por quê? Porque hoje, num *ranking* que mede a amizade de um país para com o empreendedorismo, um *ranking* do Banco Mundial, que tem alguma coisa em torno de 150 países, a posição do Brasil é algo em torno de 120, 130. Por quê? Porque esse *ranking* leva em consideração, sobretudo, o tempo de abertura da empresa. A média brasileira é superior a 6 meses. A nossa intenção é a de cair para 5 dias. Por quê? Porque a ideia é a de que o empreendedor vá ao portal do empreendedor, responda um cadastro bastante simples, perguntas de “sim” ou “não”. Esse cadastro, uma vez respondido, mensurará o grau de risco da atividade pretendida. Se o risco for baixo — 90% das vezes o risco será baixo, segundo ensaios feitos no Estado de São Paulo que demonstram isso —, em torno de 90% dos pedidos implicam atividades de baixo risco. Quando a atividade for de baixo risco, a abertura será deferida de imediato, o alvará será dado *on-line*, de imediato.

Nos outros 10%, em que há risco maior, aí sim, será necessário fiscalização prévia. No balanço das coisas, a expectativa é a de que o prazo de abertura de empresas entre os 90% atendidos de pronto e os outros 10% sujeitos à fiscalização prévia, a média de abertura, caia para 5 dias. Essa é a nossa expectativa. A Presidência da República, inclusive, já concedeu dotação orçamentária para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa contratar o SERPRO para isso. A contratação do SERPRO está em curso, e nós temos a convicção de que esse portal



do empreendedor funcionará até meados do próximo ano, quem sabe meados do primeiro semestre do próximo ano. Seja como for, nós miramos meados de 2014, lá por junho, julho. Quem sabe consigamos antecipar um pouco isso.

O terceiro ponto que gostaríamos de referir é a questão da substituição tributária. A substituição tributária — não preciso repetir aqui, todos sabem —, efetivamente, neutraliza o impacto tributário do SIMPLES Nacional. Isso é uma coisa que não pode prosseguir. A nossa intenção é a de sugerir aos Srs. Parlamentares a proibição da substituição tributária relativamente ao pequeno, àquele inserto no regime do SIMPLES Nacional. A ideia é a de proibir a substituição tributária.

Sempre que o pequeno negociar diretamente com o substituto tributário, não há substituição tributária. Aí é fácil. O grande problema é quando o pequeno é apenas um dos vários membros, um dos vários elos da cadeia negocial, quando ele não está diretamente ligado, diretamente negociando com o substituto tributário, quando há uma série de substituídos. Ele, inclusive, é um substituído na cadeia entre ele, pequeno, e substituto tributário.

Como fazer nessa circunstância? A nossa intenção é a de fazer de uma maneira mais simples possível. A nossa compreensão para o assunto, a proposta que levaremos aos Srs. Parlamentares é: quando o pequeno é um dos tantos elos, quando recebe a fatura com ST, vem carimbado, vem expresso, dessa fatura, no que se refere ao valor do ICMS que repercuta sobre ele, que ele possa pedir uma imediata restituição. É algo que decorre já do art. 150, § 7º, da Constituição. Seria uma versão radicalizada para o bem do § 7º do art. 150. Uma antecipação tributária para frente que, chegando ao pequeno, implicará restituição a favor do pequeno, de modo que aquilo que ele demonstra no seu faturamento sofra a incidência da alíquota do SIMPLES Nacional. Só isso e não tenha, na prática, a repercussão econômica da ST.

Esse é o nosso objetivo, essa é a nossa proposta, sem prejuízo de reconhecer a importância da substituição tributária. Ou seja, nós preservaríamos a substituição tributária para aquilo que ela é pensada originalmente. Entende-se, comprehende-se que a substituição tributária não é tanto o problema. O seu uso vulgar, o seu uso banalizado que é o problema. Então, manter-se-ia a substituição tributária naqueles setores clássicos da substituição tributária: cigarro, bebida,



armas, munições, combustível, cimento e sorvete. Eu não sei por que está ali o pobre do sorvete, mas, seja como for, ele estava desde o início da brincadeira. Sabemos que ali o critério é: produtos de grande dispersão. Agora, claro, nada impede que tenhamos diálogo sobre o assunto no ponto. É o caso de se fazer exceção global para todos esses elementos? Enfim.

Chegou até o Ministro Afif Domingos, por exemplo, uma demanda que, salvo engano meu, foi veiculada pelo Ministro Pepe Vargas, de preservar os pequenos produtores de vinho. Parece razoável. Estamos abertos a tomar em consideração esse tipo de observação. Isso só serve para amadurecer o debate.

Quarta proposta. Proposta fundamental na ótica do Ministro Afif Domingos: o SIMPLES tem um critério, é simples quem revela o faturamento de pequeno, até 60 mil para o MEI, até 360 mil para microempresa, até 3,6 milhões para a EPP.

Não há razão, dentro dessa lógica, em excluir pequenos pelo setor que ele atua, ele é pequeno pelo faturamento. A nossa intenção é universalizar isso. Como? Sugerindo aos Srs. Parlamentares uma poda na Lei Complementar nº 123. Poda em que termos? Eliminar as exclusões setoriais.

Diga-se de passagem, isso atende a uma outra finalidade da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, a racionalização e a simplificação da legislação pertinente. No momento em que eliminamos as exclusões, enxugamos uma boa percentagem da Lei Complementar nº 123, sem falar que, em assim fazendo, se abre a possibilidade de eliminar metade das tabelas hoje existentes.

Hoje são seis tabelas: a 1, a 2, a 3, a 4, a 5-A e a 5-B. Nós poderíamos eliminar, com isso, ao natural, a tabela 4, a 5-A e a 5-B. Ficaríamos apenas com a 1, a 2 e a 3. Seria um grande passo no sentido da simplificação, da racionalização, do enxugamento do próprio substrato normativo aplicável.

Há outras sugestões não menos importantes e que constarão do pacote de sugestões que faríamos aos Srs. Parlamentares, uma coisa que se chama de SIMPLES Trabalhista, normalmente.

Em respeito às Centrais Sindicais, nós temos tentado evitar essa expressão, porque a convicção da Secretaria de Micro e Pequena Empresa, num ponto, é: sem prejuízo dos direitos trabalhistas hoje existentes, é fundamental uma discussão prévia, documental, burocrática. Demonstrar da maneira mais singela possível, mais



objetiva possível o cumprimento integral de todas as obrigações trabalhistas, de preferência num único documento eletrônico. É isso que nós chamamos de obrigação acessória única trabalhista.

Na verdade, a ideia é ter uma obrigação acessória única para tudo que afeta o pequeno, de modo que ele tenha simplicidade, facilidade na demonstração do cumprimento de todas as suas obrigações tributárias e trabalhistas.

Queremos fazer efetiva a obrigação de pensar em favor do pequeno. É algo que já decorre da Constituição, art. 179. A nossa intenção é sugerir aos Srs. Parlamentares que considerem a hipótese de colocar na Lei Complementar nº 123 um dispositivo negando eficácia contra o pequeno às leis que não tragam tratamento diferenciado.

É preciso trazer tratamento diferenciado sempre. Se a lei não trouxer, ela não se aplica ao pequeno. É algo que nós podemos e devemos construir na Lei Complementar nº 123, como norma geral, que é para o pequeno, inclusive matéria tributária, e encontra fundamento bastante claro na Constituição, no art. 179.

Outras sugestões, e aqui são sugestões mais pontuais, que eu apenas vou mencionar: isentar o pequeno de toda e qualquer taxa cobrada por órgãos e entidades públicas. É uma demanda que nos veio do Presidente da ANVISA. Ele gostaria de fazer isso, mas não pode fazê-lo sem autorização legal. Não vamos fazer só para ele, vamos fazer para toda e qualquer entidade, para todo e qualquer órgão público.

Esclarecer que para o MEI, quando ele declara como local de trabalho dele a residência, a residência não deixa de ser residência, inclusive para fins de benefícios tributários. Há lugares no nosso País em que o MEI é constrangido a não se declarar como MEI na sua residência, porque a sua residência passa, então, a enfrentar uma carga tributária maior porque deixa de ser residência. Não tem sentido isso.

Efetivar a obrigação acessória única geral trabalhista e tributária. Criar o SIMPLES Internacional, de modo que a globalização não seja apenas para o grande, seja também para o pequeno.

Desburocratizar licitações em favor dos pequenos. Ou seja, o pequeno tem que demonstrar uma única coisa ao se candidatar numa licitação: que tem regularidade com a Previdência Social. É a única coisa que a Constituição nos



obriga a exigir. Isso não podemos deixar de exigir. Agora, as demais certidões, para o pequeno, nós relevaríamos, até para que ele possa participar, recapitalizar-se e, quem sabe, recompor eventuais lacunas que ele tenha no cumprimento das suas obrigações.

Prever uma consolidação anual da legislação. Estimular a desburocratização. Hoje, muitas vezes nós, cidadãos, na lida com o Município, com o Estado e com a União, temos que levar perante a administração certidões que ela própria tem. Para que isso? Então, a ideia é que toda e qualquer informação que já seja de domínio do Estado não seja exigida do cidadão, para dar um exemplo bastante banal. Ajustes em matérias de recuperação judicial e juizados especiais de modo a tornar essas duas figuras mais inclusivas para o pequeno e permitir a criação de sociedades anônimas simplificadas. Isso é uma coisa bastante complexa. Porém, o primeiro passo, já gostaríamos de dar. Qual seja? Retirar da Lei Complementar nº 123 o impedimento, a criação dessas figuras, sociedade anônima simplificada.

Conforme o público a que eu me dirijo, eu passo essa lâmina, que é uma lâmina, digamos assim, de interesse mais de advogado, mas, dessa lâmina, eu extraio uma coisa que é algo que já estamos tentando implementar na Secretaria da Micro e Pequena Empresa: a dupla fiscalização. A dupla fiscalização é, sobretudo, cultura. Nós temos que incutir na fiscalização a cultura de fazer a dupla fiscalização. A primeira é orientadora e, desconsideradas as orientações, só na segunda haverá, porventura, lavratura de auto de infração e assim por diante.

O intento da Secretaria é fazer valer a regra da dupla fiscalização de modo que, onde ela não aconteceu, em quaisquer âmbitos, eventual auto de infração lavrado seja declarado nulo. Nós já estamos gestando uma alternativa para isso de modo a fazer valer a dupla fiscalização. Já estamos gestando uma alternativa em favor da dupla fiscalização perante a Advocacia-Geral da União por meio de parecer interpretativo. Na verdade, é um parecer que apenas vai explicitar algo que já está claríssimo na Lei Complementar nº 123.

Essa seria minha última lâmina, não obstante tenha caído o Power Point. Eu quero, sobretudo, agradecer pela oportunidade, transmitir a palavra do Ministro Afif Domingos de agradecimento aos Srs. Parlamentares pela abertura que têm nos proporcionado no sentido de buscar alternativas boas para os pequenos. A criação



da Secretaria da Micro e Pequena Empresa é algo muito bonito, de iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff e que prova a racionalidade do plano traçado com a Secretaria, a nomeação do Ministro Afif Domingos que tem uma vida dedicada a isso.

Uma vez mais, é uma satisfação falar para todos. Ficamos à disposição dos senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Dr. José Levi do Amaral pela fala, pela convicção que tem sido tratado e pelas nossas oportunidades com o Ministro Afif Domingos. Percebe-se que há uma afinidade de propósitos e é a representação oficial do Governo. Aqui foi falado muito, com destaque pelo Deputado Zulke e por todos que se referiram ao tema, que é importante a construção e termos o Governo como aliado. Então, temos efetivamente um aliado na pessoa do Ministro e também do Dr. Levi.

Quero reforçar que está na Mesa, já havia sido citado, o Dr. Rinaldo Simões, que, efetivamente, representa a Gerência de Negócios e Desenvolvimento da Prefeitura municipal. Agradeço-lhe a presença. Ele abriu mão da sua fala.

Quero citar a FARSUL, que está representada aqui pelo Fernando Hermann. Não sei se ele está presente ainda. Haviam me dito que ele estava ao fundo, senão não o teria citado. Achei que ele estava presente. Mas esteve.

De imediato, então, pela chamada dos escritos, Carlos Paviani, representando o IBRAVIN — Instituto Brasileiro do Vinho.

O SR. CARLOS RAIMUNDO PAVIANI - Agradeço ao Deputado Afonso Hamm, que coordena esta audiência pública, a quem parabenizo pela iniciativa, assim como o Deputado Ronaldo Zulke e o Deputado Guilherme Campos, que nos visita no Rio Grande do Sul e nos honra com a presença. Também agradeço ao Deputado Sperotto e ao Deputado Antunes pela sempre atuação em prol do nosso Estado, das questões que estão atreladas à indústria e à agricultura. Isso inclui a agroindústria vitivinícola também.

Quero dizer, ainda, que nós nos sentimos representados aqui pelas federações — FIERGS, FARSUL, FECOMÉRCIO — e pelo SEBRAE, muito



importante também. Gostaríamos de trazer alguns elementos característicos do nosso setor.

Neste momento está em discussão, inclusive, um projeto de lei, que ontem na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal foi aprovado. Na verdade, são dois projetos. O primeiro de autoria do Deputado Pepe Vargas, atual Ministro do Desenvolvimento Agrário, e o outro do Deputado Onyx Lorenzoni. Os dois projetos foram apensados e agora contam com o substitutivo relatado pelo Deputado Alceu Moreira. Esse projeto trata da permissão de elaboração de vinho artesanal ou vinho colonial por agricultores familiares.

Esse projeto de lei, que nós acreditamos que possa ser aprovado e sancionado pelo Governo da União, vai permitir que agricultores familiares que produzem a sua própria uva possam transformá-la em suco, vinho, vinagre ou espumantes, produtos derivados da uva, para comercialização direta na propriedade ou em feiras do produtor como produto artesanal da agricultura familiar e do qual não haverá incidência de impostos sobre esse produto, a não ser o FUNRURAL, que é a única taxa que seria cobrada sobre a produção.

Nesse sentido, nós temos no Brasil, hoje, dados do IBGE, cerca de 8 mil produtores de vinhos não formalizados. Mais de 7 mil estão no Rio Grande do Sul, é claro! Outros 700 estão em Santa Catarina e assim por diante. Estes são os dois maiores Estados produtores de uvas para vinificação, para produção.

Nesse sentido, nós teríamos a possibilidade de formalização de um grande número de produtores artesanais, como existe, por exemplo, em toda a União Europeia, seja na França, seja na Itália, seja na Espanha.

Na região de Champagne, por exemplo, que é ícone no mundo desse produto, há produtores que não precisam necessariamente constituir um CNPJ para elaborar um champanha e poder comercializá-lo. Eles produzem apenas como produtores rurais. Essa é uma das alternativas que se está buscando.

Viabilizando a possibilidade de elaboração de vinhos, espumantes, sucos e vinagres como produtor artesanal, nós estaríamos, então, tendo uma base inicial de formalização de um grande número de elaboradores que hoje já fazem e já comercializam esse produto, geralmente sem rótulo, sem controle sanitário e sem



nenhuma obrigação, digamos assim, com a questão sanitária ou outras questões que devem ser, sim, impostas para todos os produtores.

Então, essa é a primeira informação que eu queria trazer e reforçar diante disso que o segundo momento que nós gostaríamos de ter é a possibilidade de as empresas formais poderem acessar e serem optantes do Sistema SIMPLES.

Há uma vedação específica, se não me engano no art. 17 da lei geral, que proíbe os setores ligados a armas, cosméticos e álcool. Então, nesse sentido, nós gostaríamos que, por um lado, não houvesse essas vedações e que fosse implementado, sim, o sistema único, direto, não discriminatório, de que micro e pequena empresa é estabelecida não pelo produto que desenvolve, mas pela renda que aufera no seu faturamento. Aqui reforço tudo aquilo que as demais instituições e federações já apresentaram. Nesse sentido, acho que complementaria muito bem.

Para trazer alguns dados, nós temos no Rio Grande do Sul cerca de 700 empresas vinícolas formalizadas. Nos últimos anos, cerca de 200 delas deixaram de atuar, deixaram de vinificar, ou seja, não necessariamente fecharam, mas temporariamente deixaram de processar uvas. O produtor rural que vinifica a sua quantidade de uvas acaba vendendo para outro, porque está com o seu estoque elevado ou por conta dos altos custos por ser uma pequena empresa e não conseguir comercializar a sua produção. Então, ele, de um modo geral, fecha a empresa, deixa a vinícola fechada e passa a vender a sua uva.

Das 559 empresas que no ano passado comercializaram vinhos, sucos e espumantes, 510, pelos nossos dados, têm um faturamento menor que 3,6 milhões. Ou seja, 88% das empresas aqui no Rio Grande do Sul poderiam, sim, estar enquadradas no Sistema SIMPLES.

No Estado de Santa Catarina são 89 empresas. A realidade é ainda maior. Das 89 apenas quatro teriam o faturamento superior ao hoje estabelecido acima do SIMPLES, que as desenquadraia do SIMPLES.

O impacto econômico dessa medida seria muito pequeno, porque é exatamente o inverso. Quer dizer, o pequeno número de empresas que não estão incluídas, que não seriam SIMPLES, representam mais de 88% do faturamento total do setor. Então, o impacto econômico, digamos, em termos de arrecadação para o setor seria positivo e não negativo, porque na medida em que essas empresas se



enquadrassem no SIMPLES e pudessem optar, principalmente aquelas que trabalham com o enoturismo e que fazem venda direta ao consumidor — nem todas teriam a vantagem de optar —, aquelas que vendem através de supermercados e dentro de outros segmentos não carregam seus créditos e, portanto, teriam prejuízo, teriam que baixar seus preços. Mas as empresas que vendem para restaurantes, que já são incluídos na lei do SIMPLES, ou direto ao consumidor, teriam esse benefício e, portanto, aumentado o seu faturamento e a sua receita de tributos e impostos.

Essas são apenas as informações em termos de políticas públicas no âmbito dos Governos Federal e Estadual, no Rio Grande do Sul. Não é diferente em Santa Catarina, nem no Paraná. No Paraná, por exemplo, as empresas vinícolas têm 0% de ICMS. Política estabelecida pelo Deputado Hauly, que é o atual Secretário da Fazenda e que estimula a compra de uva do Rio Grande do Sul para ser elaborada no Paraná. Então, essa guerra entre Estados é muito complicada. Em Santa Catarina também há isenções. Aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, nós temos um crédito presumido de 5% no ICMS para o setor vitivinícola, que é já consolidado pela legislação, além daquilo que o Estado abre mão da forma do FUNDOVITIS, para atuar na organização e na promoção desse setor.

Eu queria concluir, dizendo apenas que há várias políticas públicas federais que estimulam o setor vitivinícola. Nós não poderíamos por isso penalizar. Digamos, as empresas que produzem vinagre poderiam acessar o SIMPLES, mas as empresas que produzem vinho e espumante, em função dos 12% de álcool, não poderiam acessar o SIMPLES. Veja, para se chegar ao vinagre, primeiro eu tenho que elaborar vinhos, para depois elaborar o vinagre, um é subsequência do outro.

No âmbito Federal nós temos, primeiro, projeto com o SEBRAE Nacional em que desenvolvemos várias ferramentas de boas práticas agrícolas, boas práticas de elaboração. Temos estímulo da APEX para promoção das exportações, temos a parceria da CONAB para redução dos estoques, temos programas de ATER com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou seja, vários instrumentos de políticas públicas que estimulam o setor. Por outro lado, o setor não pode participar do SIMPLES Nacional, o que é uma incoerência no âmbito de políticas de Estado, como já falamos desde o início.



Nesse sentido eu queria reforçar essa solicitação e dizer que já encaminhamos ao Deputado Afonso Hamm uma nota técnica sobre a inclusão do setor vitivinícola. Já estivemos conversando com o Ministro Pepe Vargas por várias vezes também nesse sentido. Vamos reforçar e estaremos presentes, no dia 10 de outubro, para fazer esse trabalho e poder incluir o setor vitivinícola e toda a sua cadeia produtiva, não apenas o suco e o vinagre, com a possibilidade de optar pelo SIMPLES Nacional.

Agradeço.

Tenham uma boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Dr. Carlos Paviani, do IBRAVIN. Temos tido o apoio pelas falas, pela atuação do SEBRAE Nacional, pelo (*ininteligível*), que tem sido um aliado e agora também na fala do Dr. Levi. Então, veremos a viabilidade de antes disso falarmos com o Relator, para adiantarmos o caminho.

A próxima entidade é representada pelo Celso Marini, do SINCOR, o Sindicato dos Corretores de Seguros.

Destaco a presença do Laureano Fortuna, também como membro do segmento.

O SR. CELSO VICENTE MARINI - O Laureano é extremamente conhecido.

Deputado Afonso Hamm e Deputado Zulke, agradecemos a V.Exas. por terem trazido para cá esta audiência pública, a fim de discutirmos e ouvirmos as propostas dos Deputados. Agradeço também ao Deputado Sperotto e ao Deputado Guilherme, que é um grande batalhador da microempresa em Brasília, onde está a Câmara dos Deputados, e representa agora o Presidente desta Comissão, que é também Presidente da nossa Federação, Deputado Armando Vergílio.

Sabemos da dificuldade que há. Talvez eu chova no molhado, porque repetitivo serei, com certeza, em algumas coisas.

Quero, primeiramente, ratificar as palavras do Deputado Frederico Antunes e do Deputado Guilherme no que se refere ao caso do enquadramento de todas as empresas. Obviamente que também queremos isso. Pode nem ser por categoria, porque dizem ou ouve-se dizer que por categoria não entra mais nenhuma. Pelo



menos é o comentário de todo momento. Temos que batalhar, e muito, por uma condição única que é, efetivamente, o limite do faturamento.

Nós, corretores de seguros, somos injustiçados há muito tempo, somos taxados e equiparados a entidades financeiras, o que é um absurdo. Por três vezes, Srs. Deputados e senhores ouvintes, nós, no Congresso Nacional, talvez alguns dos senhores participaram disso, conseguimos aprovação para entrada no SIMPLES — por três vezes!

No entanto, tivemos três vetos presidenciais. A nossa categoria não entrou por conta dos vetos presidenciais. Então, dentro da frase do Deputado Guilherme — o time dele é a Ponte Preta —, luta, luta, luta e, barbaridade, sempre perde. Nós estamos mais ou menos por aí, o que é um absurdo e uma injustiça tremenda. Até porque os 7,2 milhões de contribuintes enquadrados no Estatuto da Microempresa, aproximadamente, hoje, resultam no emprego de cerca de 15 milhões de trabalhadores. E nós poderíamos contribuir com muito mais por isso.

Nós, corretores de seguros — refiro-me ao nicho específico dos corretores de seguros —, estamos batalhando há muito tempo, estamos otimistas com esta Comissão dos senhores, Comissão Especial que está batalhando e rodando o País inteiro, buscando subsídios para tentar repassar ao Ministro Guilherme e ao seu *staff* o enquadramento de todo o mundo.

Portanto, já disse da imprescindível necessidade que avança e, ainda mais, permitindo, a partir de agora, o justo ingresso de todas as categorias no SIMPLES Nacional.

Já disse e repito que nós, por três vezes, fomos vetados. No caso da nossa categoria de corretores de seguros, inclusive por uma questão de justiça, equidade e tratamento isonômico. Outras categorias similares à nossa, a exemplo dos agentes de viagem e de turismo que realizam também a intermediação de negócios, já foram inseridas no SIMPLES. Igual, exatamente o que nós fizemos. Eles talvez sejam mais bonitos que nós. Talvez seja por aí.

Têm que ser reparadas todas essas injustiças nos setores. Nós sabemos que o tratamento efetivamente com desigualdade a iguais seria desigualdade flagrante ou não igualdade real. Esse é um exemplo clássico que eu citei dos agentes de viagem e dos corretores de seguros. A intermediação é idêntica. Prestação de



serviço. Eles estão enquadrados no SIMPLES e nós não. Por quê? Por quê? Por que a interrogação cada vez aumenta mais?

Não quero ser repetitivo, insisto, mas a inclusão dos corretores de seguros ou de todas as categorias que ainda não estão no SIMPLES Nacional é uma questão, sem dúvida, repito, e leve ao nosso Ministro, de justiça. É uma questão de justiça. É desigual o trabalho, a taxação e assim por diante.

Portanto, senhores, tenho aqui vários colegas representados, demonstrando a nossa indignação de não estarmos incluídos no SIMPLES. Nós temos que ser incluídos e precisamos dos senhores. Os senhores são os nossos votos. Nós estamos em cima disso e cuidando.

Portanto, senhores, pedimos que levem isso ao Ministro. Rogo a Deus para que o Ministro tenha efetivamente pleno êxito nesse importante papel de interlocução junto ao Governo. Sabemos das dificuldades, mas estamos otimistas.

Portanto, senhores, vou repetir, a inclusão dos corretores de seguros e de todas as categorias no SIMPLES Nacional é uma questão de justiça.

Muito obrigado.

A bola está com os senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Muito bem, Vice-Presidente Celso. Queremos cumprimentá-lo e dizer que o senhor tem talvez o maior defensor, o nosso Presidente da Comissão Especial, o Deputado Armando Vergílio, e ele vem inclusive nos recomendando. Foi objeto inclusive de um telefonema particular, para o nosso engajamento nessa defesa.

O Deputado Ronaldo Zulke gostaria de fazer um complemento.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Eu acho que seria oportuno para ajudar um pouco a nossa conversa, sem prejudicar as demais entidades. Eu não sei se o SEBRAE tem um levantamento sobre o impacto dessa reivindicação no conjunto da Fazenda. Temos (*ininteligível*)...

O SR. BRUNO QUICK - Nós temos um contrato com a Fundação Getúlio Vargas que é para isso. Então, a questão do vinho, a questão do... Isso foi determinante para aprovar a Lei Complementar nº 123.

A Receita tinha um cálculo em que ia perder 5 bilhões, os técnicos internos. E a Receita ganhou 1,5 bilhão. E a gente mostrou isso em números. Isso encorajou o



Governo, com o Secretário Rachid, a investir no SIMPLES. O resultado é que ele só faz crescer a arrecadação.

Então, a tendência é essa. A tese se comprova. Mas a gente pode, sim, ir aos números, por número de empresa, etc. e tal, e fazer projeções para dar base realmente, viu Deputado.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Muito obrigado. Estamos em parceria, atuando exatamente com essa sintonia fina.

Agora só temos mais duas manifestações. Agradecemos a todos que estão permanecendo aqui conosco. Gostaríamos que todos que pudessem aqui permanecessem para o nosso encerramento.

Convido o Dr. Jaime Gründler, Presidente do SESCON, o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, para fazer uso da palavra.

O SR. JAIME GRÜNDLER SOBRINHO - Ilustre Deputado Afonso Hamm, demais Deputados Federais membros da Frente Parlamentar em Defesa da Pequena e Micro Empresa, agradeço a oportunidade. Saúdo também os demais membros da Mesa e, em especial, o Deputado Antunes, que participa deste mesmo pleito, mas, especialmente, o Deputado José Sperotto, que tem sido muito generoso e carinhoso com a entidade SESCON-RS.

Eu justifico a minha participação aqui muito mais como um depoimento do que um pleito. O SESCON-RS é o sindicato patronal, Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul. Ele tem uma abrangência em todo o Estado. Representamos 18.300 empresas de serviços.

Hoje, 61% do PIB brasileiro vêm dos serviços. Veja a importância. O meu depoimento vai no sentido de: o que significa para esses pequenos empreendedores de serviços terem a sua carga aliviada, quando têm condições de tributar pelo SIMPLES Nacional? Se é verdade que mais de 90% das empresas brasileiras estão enquadradas no SIMPLES, não é menos verdade que mais de 90% dessas empresas estão sob os cuidados de uma empresa de serviços contábeis. Essa é a realidade no Brasil.



Então, com a devida vénia, nós, segmento contábil, soubemos o que significa para os pequenos empreendedores, sejam eles da área da indústria, sejam do comércio e, em especial, sejam dos serviços, essa economia que fazem via menos carga na sua receita. O que eles fazem com esses modestos reais que lhe sobram? Ele reaplica na sua empresa. Isso nós constatamos. Ele fortalece a sua empresa gerando emprego, na maioria das vezes, mas ele gera o consumo. Então, a economia nacional é estimulada também pela economia de imposto, que fica no caixa, sob a gestão de um pequeno empresário.

O pleito aqui apresentado pelas federações nós acompanhamos plenamente, até porque o SESCON-RS é filiado à FECOMÉRCIO, no Rio Grande do Sul. Eu saúdo aqui ainda os nossos ilustres remanescentes pares da FECOMÉRCIO.

Mas acompanhamos esses pleitos aqui apresentados, em especial do que está no projeto trazido pelo Dr. Levi, no qual, no nosso entendimento, o fulcro da questão está no faturamento das empresas e não em qual é a sua atividade-fim. Aí, como bem levantado pelo representante do Sindicato dos Corretores, é uma grande injustiça, assim como faz também para outras empresas prestadoras de serviços que se associam. Por maior porte que seja, 90% ficam dentro do faturamento que hoje regra o SIMPLES Nacional. Essa é a realidade.

São empresas constituídas, por nome mais pomposo que tenha, na maioria das vezes, pelo cônjuge. É o marido e sua esposa, é a esposa e seu marido, é o pai e o filho. Assim é que são constituídas as pequenas empresas. Então, isso é uma injustiça, sem dúvida. Mas para corrigir isso é só via faturamento.

Também quero fazer um registro com relação ao excesso de burocracia que ainda é mantido no SIMPLES Nacional. Lamentavelmente, retirou-se o nosso Secretário da Fazenda Estadual. Eu gostaria que ele ouvisse, mas tenho certeza de que a gravação vai chegar a ele.

As empresas de comércio enquadradas no SIMPLES, as empresas de indústria enquadradas no SIMPLES do Rio Grande do Sul ainda têm que cumprir uma regrinha mensal, que é entregar uma GIA da sua informação todos os meses. Essa GIA é uma burocracia que em nada contribui, a exemplo das "n" outras obrigações acessórias impostas a todos os segmentos, para o PIB nacional, só onera essas empresas, independentemente do corte.



Também queria dizer que defendemos, sim, o que foi proposto pelo Dr. Levi. Há que haver uma atualização anual dessas faixas para evitarmos umas discussões que todos os anos acompanhamos, desde o ano de 2006, pois ficam 3, 5, 8 anos sem atualizar essa faixa. Então, que seja posta dentro da legislação essa maneira. “*Olha, tem um índice tal que vai atualizar.*”

Esse é o pleito. Agradeço muito a oportunidade. Saúdo especialmente o Dr. Bruno Quick, que tem sido um parceiro da FENACON — Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, em Brasília. Explico para os meus pares, meus colegas dos serviços, que as empresas de serviços contábeis estão enquadradas no SIMPLES Nacional graças a um trabalho intenso feito pelo nosso segmento, a FENACON, em Brasília.

Houve a lei que, sem dúvida, acabou nos beneficiando, mas houve uma contrapartida que nós, empresas de serviços contábeis, temos que prestar. Está na lei também, e estamos cumprindo plenamente.

Desejo, Sr. Presidente desta Comissão aqui presente, todo o sucesso na empreitada, porque mérito a empreitada tem.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Dr. Jaime.

Lembro que o José Sperotto, do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul, estava reforçando aqui que tem uma grande abrangência. Se quiser reforçar um documento mais específico, a nossa Comissão está aqui também para recebê-lo.

Nós vamos à última instituição, última representação, inscrita para falar. Depois vamos para a finalização. Estamos cumprindo o tempo. Inclusive o nosso Guilherme também tem, em seguida, voo. Vai fazer o fechamento conosco aqui o meu colega Ronaldo Zulke.

Chamamos então o membro da diretoria do SINFAC, o Sindicato de Factoring do Rio Grande do Sul, Germano Brendler.

O SR. GERMANO BRENDLER - Acho que é bem importante eu ser breve neste horário.

Sou empresário de *factoring* desde 1995 e me orgulho do que faço.



Gostaria de cumprimentar a Mesa e parabenizá-los pelo trabalho, porque é muito importante ver, nesta tarde, as pessoas reunidas para tratar de assunto tão importante e com tanta seriedade.

Somos, no Estado, cerca de 800 empresas ativas, das quais 250 são filiadas ao SINFAC-RS, que é filiado à FECOMÉRCIO-RS.

Para quem não sabe, nós compramos os recebíveis das pequenas e médias empresas, pagamos à vista e cobramos no vencimento. Não podemos emprestar dinheiro para os nossos clientes, nós só podemos comprar os créditos. Trabalhamos com capital próprio e não podemos captar recursos de terceiro, salvo de bancos. Somos tributados pelo lucro real, o que encarece nosso custo, nosso dinheiro e nos deixa em desvantagem em relação aos FIDCs e securitizadoras, empresas concorrentes nossas que são bem maiores e pagam uma carga tributária bem inferior à nossa.

Além disso, para os empresários que são nossos clientes e para o mercado, somos muito mais flexíveis, porque nós trabalhamos no bairro, com o cliente próximo, somos amigos do cliente e nós conseguimos tomar uma decisão muito mais rápida e oferecer o crédito na hora certa, rapidamente.

Em 2009, na crise, os bancos recolheram o crédito e nós continuamos atendendo nossos clientes e ajudamos muitos deles a continuar o faturamento.

A nossa situação é parecida com a dos corretores. Nossa faturamento é pequeno porque é só o deságio. Isso desfavorece o custo do nosso cliente, que acaba pagando um custo maior, e evita hoje que mais pessoas entrem no mercado e ofereçam mais crédito, porque todo mundo sabe que quanto mais concorrência, melhor o preço.

Quanto ao que estamos pleiteando, eu não preciso falar muito, porque muitos colegas em todo o Brasil estão se manifestando quanto ao assunto.

Gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que empregamos cerca de 5 mil pessoas no Estado diretamente, e trabalham para nós advogados, contadores, economistas, fornecedores de software etc. Ao redor do *factoring*, há uma grande quantidade de pessoas e empresas que prestam serviço. Nós somos colaboradores do COAF, prestamos informação em colaboração à eliminação da lavagem de dinheiro e do tráfico de entorpecentes e de pessoas.



Mais uma vez, gostaria de agradecer. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Agradecemos ao Sr. Germano a participação.

Já estamos finalizando, queria só fazer um agradecimento à equipe que nos ajudou a montar a nossa reunião com êxito.

Ontem, em Brasília, eu estava saindo tarde do gabinete e alguém me disse: “Os Deputados trabalham muito e temos que valorizá-los”. E as equipes dos Deputados trabalham igualmente ou mais, para preparar os trabalhos. Assim eu vejo a vida das entidades, quem preside entidades — eu já presidi entidades representativas —, e assim são os profissionais em termos de dedicação. A presença de todos os que estão até aqui valoriza os trabalhos e mostra a dimensão do compromisso que todos têm.

Depois, inclusive no fechamento, em valorização àqueles Parlamentares que se dedicam... Nós dedicamos horas de trabalho em Brasília e aqui, na competência da própria Assembleia. É dessa forma que nós estamos, *pari passu*, construindo um País melhor e de uma forma de atuar compartilhada efetiva.

Isso deve ser muito enfatizado e valorizado. Isso significa muito para nós, para quem faz política e trabalho com ideal, porque quem faz instituições e entidades, quem é dos quadros, faz com idealismo, porque requer tempo de dedicação e com uma estratégia, tenho certeza, muito bem desenhada.

Queria cumprimentar a representação do SEBRAE, a Cláudia e o Alessandro Machado, que nos ajudaram muito; a Fabiana, da FEDERASUL, que ajudou no apoio; o Alexandre Benites, da FIERGS; a Tatiane Corrêa, da FECOMERCIO; o André Sander e a Fernanda. Cumprimento também o Derly, pela liderança, e toda a nossa direção. Cumprimento o Deputado Sperotto e o Leonardo, que é o seu assessor e nos ajudou; o Deputado Zulke e o Cleber, que está aqui — trabalhamos na formação, juntamente com a equipe do Deputado Zulke. Cumprimento, ainda, a nossa equipe, a equipe do Deputado Afonso Hamm: o Rogério, que é o meu coordenador político aqui no Estado; a Liliane e a equipe de Brasília — Márcia Marinho, chefe do meu gabinete e jornalista aqui representada; o Ênio, que está conosco, e a Sílvia, que está na retaguarda. Está aqui parte da equipe do Deputado Afonso Hamm.



Portanto, queria uma salva de palmas a quem ajuda a construir e faz o apoio a todos nós. (*Palmas.*)

Há um vídeo, a que assistiremos no final, quando todos vão permanecer, e nós acompanharemos. Para não perdermos o ímpeto, vamos garantir a palavra aos Deputados locais por 1 minuto, 2 minutos.

O nosso coordenador Ronaldo Zulke gentilmente me ofereceu a possibilidade de também presidir. Nós haveríamos de presidir de forma compartilhada e assim o fizemos, mas eu ocupei a maior parte do tempo. S.Exa. é um parceiro efetivo, temos construído muito juntos mesmo.

Finaliza, para nós, o nosso Guilherme Campos, que, pela sua qualificação, demonstrou a efetividade de uma parceria.

Aprendi e uso uma frase cunhada há muito tempo. Sempre digo que o pequeno só tem um caminho: o pequeno tem que ser grande. A forma de o pequeno ser grande é se associar. Nós, de forma associada, de forma a estabelecer parcerias, temos conquistado muito. Vale para cada segmento e para o conjunto de segmentos o trabalho que estamos fazendo de forma compartilhada.

Encerro a minha fala agradecendo a todos os que colaboraram, aos que foram aqui citados com ênfase e a todos os que, de alguma forma, estão colaborando; agradeço principalmente a presença aos que estiveram e aos que ainda estão aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Tem a palavra o Deputado Sperotto e, depois, o Deputado Frederico Antunes.

O SR. JOSÉ SPEROTTO - Encaminhando rapidamente, Sr. Presidente, pediria cópias das palestras do Sr. Bruno Quick, do SEBRAE Nacional, e do Sr. José Levi, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, e que houvesse a compilação desta audiência pública, onde foram feitos os pleitos; que recebêssemos cópias, assim como as outras entidades que se manifestaram aqui. Acho que seria interessante que todas as entidades que estão presentes recebessem essas cópias.

Para encerrar, quero dizer que foi praticamente unânime aqui a inclusão no SIMPLES Nacional pelo faturamento e não pela atividade fim. Contempla as categorias como um todo. Os corretores são o nosso vinho artesanal, como o



Paviani colocou muito bem; os nossos contadores, nossos colegas, os que garantem a nossa vida contábil; todas as áreas que compõem a nossa sociedade.

Falo também como arquiteto, que seria interessante, como profissional liberal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Engenheiro agrônomo também.

O SR. JOSÉ SPEROTTO - Engenheiro agrônomo também.

Fica registrado o nosso agradecimento, mais uma vez, em nome da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, em nosso nome, do Deputado Frederico Antunes e de todos os Deputados, por esta brilhante audiência pública que os Deputados Afonso Hamm, Ronaldo Zulke e Guilherme Campos nos propuseram sobre um tema de fundamental importância, porque esse é o principal setor que temos em qualquer parte da nossa economia.

Muito obrigado aos senhores, acima de tudo, por estarem aqui presentes, porque não adianta só cobrar da classe política, tem que participar. Não adianta só ser pai, tem que participar — é mais ou menos assim.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado Sperotto. Parabéns pelo trabalho.

Com a palavra o Deputado Frederico Antunes.

O SR. FREDERICo ANTUNES - Cumprimento os Deputados Afonso, Zulke e Guilherme. É importante estarmos aqui, no Sul do Brasil, dando oportunidade aos segmentos se manifestarem nesta busca de informações para aprimoramento de uma atualização, uma alteração, quem sabe até um aprimoramento rumo à constitucionalidade dos atos em relação às micro e pequenas empresas.

Então, quero cumprimentá-los por este desprendimento de estarem aqui.

Acho que devem ficar registradas, Deputado Afonso, as peculiaridades do Rio Grande. O Rio Grande tem uma situação geopolítica atípica. Pelo menos, buscamos defender essa atipicidade. Nós temos um país vizinho com um sistema tributário diferente do nosso. O outro, a mesma coisa. Nós temos um regramento de possibilidades de zonas francas, *free shops*, no lado do Uruguai. Nós temos também uma questão tributária, que é o IVA argentino com sistema diferenciado. Então, nós competimos com um lado e com o outro, que é o lado interno. Santa Catarina e



Paraná têm um sistema de tributação diferente do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente no que diz respeito à diferença de fronteira. Ficamos quase que deslocados por esse processo.

Então, nossa justificativa de busca de alterações é quase que um clamor, um SOS: por favor, venham nos ajudar nesse sentido para permanecermos vivos.

Se há uma discussão sobre atualização permanente, anual, uma periodicidade mais frequente, ela se justifica porque as micro e pequenas empresas são as grandes geradoras de emprego. Toda geração de emprego tem uma base salarial, que é obedecida anualmente, uma atualização. Então, temos a atualização do salário mínimo, que não é o indexador que faz essa atualização, é uma referência, como está me dizendo aqui o Deputado Guilherme, que é o Produto Interno Bruto. Por que não usar isso no mesmo momento, para uma atualização como referência para as faixas do SIMPLES? No mesmo momento em que atualizamos o salário, e quem mais gera são as microempresas, também fazemos com ela a atualização proporcional, aquilo que vai se fazer no salário. Acho que seria uma coisa que não destoaria e não tiraria o aspecto que a Receita não quer, que é colocar um indexador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado Frederico Antunes, pelas sugestões.

Passamos para o encerramento.

Com a palavra o colega Deputado Ronaldo Zulke.

O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - Vou ser breve. Gostaria apenas de agradecer as contribuições que todos aqui trouxeram. Mais uma vez, agradeço a presença ao nosso colega Guilherme, que se dispôs a vir aqui especialmente para participar da nossa audiência, bem como à representação do Ministro e aos demais convidados.

Eu fico muito feliz, Deputados Frederico e Sperotto, por V.Exas. estarem dando continuidade ao trabalho que nós desenvolvemos aqui na Assembleia na constituição da Frente, com a sua pauta permanente. Acho que aqui tivemos muitas contribuições importantíssimas e que dão uma ideia do tamanho da nossa pauta e da nossa tarefa, que não vai ser fácil.



Eu gosto de fazer referência a uma economista portuguesa que completa 85 anos e que viveu a maior parte da sua vida aqui no Brasil: a Profa. Maria da Conceição Tavares. Ela diz que não imaginava que ainda, em vida, pudesse testemunhar o que está acontecendo no Brasil. E o que está acontecendo no Brasil, segundo a Profa. Maria da Conceição Tavares, nessa sua síntese? Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e inclusão social. Acho que essa é uma síntese muito apropriada e muito feliz da professora.

Estamos vivendo um momento de crise econômica mundial, mas, apesar desta crise econômica mundial que atinge especialmente os países desenvolvidos, o Brasil resiste e cresce; não tanto quanto gostaríamos, mas ele vem crescendo. Esperamos todos — tenho certeza de que esta é a expectativa de todos — que ele possa crescer ainda mais. Junto com esse crescimento econômico, vêm os empregos; junto com os empregos, vem a distribuição de renda. O poder aquisitivo do salário no nosso País, felizmente, vem crescendo. Houve 70% de incremento no poder de compra do salário mínimo nos últimos 10 anos. E essa é a principal política de distribuição de renda e inclusão social de milhares de brasileiros e brasileiras que estavam excluídos, marginalizados. Isso nos dá o cacife de ter hoje um dos maiores mercados consumidores do mundo. Não é à toa que investimentos estrangeiros vêm ao Brasil, por conta deste momento que estamos vivendo.

Eu tenho plena consciência de que a micro e a pequena empresa foram e são decisivas para este desenvolvimento que está acontecendo no nosso País. É estratégico, portanto, para quem pensa um projeto de País, para quem pensa um projeto de Estado, considerar a importância da micro e da pequena empresa em todos os setores da nossa atividade econômica, da nossa atividade produtiva.

É dessa forma que eu me engajo nesta nossa caminhada. Como disse, sei que não vai ser fácil, porque nós temos uma dura peleia não com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, constituída pela Presidenta exatamente em homenagem à contribuição e à importância da micro e da pequena empresa, mas com a Fazenda, com o cofre, diante das demandas que aqui são apresentadas. Por isso eu perguntei sobre o impacto que essas demandas significam para o Tesouro Nacional, porque nós precisamos ter argumento lá para sensibilizar e convencer o Ministro Guido Mantega de que essa é uma política correta, porque ela se traduzirá numa



ampliação da receita e, consequentemente, numa capacidade maior de investimento do poder público como um todo.

Parabéns a todos os que participaram. Obrigado mais uma vez. Eu tenho certeza de que nós, na Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, vamos tentar fazer a nossa parte, colaborar para que este projeto de lei possa, quem sabe, ainda este ano ser apreciado.

O representante da FIERGS fez uma referência aqui à velocidade. Eu acho que é importante termos noção disso. Nós não podemos ficar uma vida inteira discutindo, porque o ritmo das demandas da pequena empresa é aquele que precisa para já, para ontem. Então, muitas vezes devemos abrir mão do programa máximo para apoiar um acordo que seja possível ser viabilizado, digamos assim, um programa possível de ser viabilizado no tempo que precisamos.

Então, eu acho que — pelos menos essa é a expectativa, não é, Guilherme? — talvez neste segundo semestre possamos votar. E para votarmos neste segundo semestre, vamos ter que fazer uma ginástica muito forte para constituir o acordo, a que eu me referia antes, internamente entre as bancadas e especialmente o acordo do Legislativo com o Executivo, para conseguir viabilizar, porque se não houver acordo, não vai. Sabemos que assim a coisa complica muito.

Um grande abraço e até uma próxima oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Obrigado, Deputado Zulke.

Quero mencionar também o José Otávio, da FECOMÉRCIO, que nos ajudou muito. Quero agradecer a presença ao Vereador Fabiano, de Rosário do Sul, e ao seu Zeca, que nos ajudou bastante.

Temos que encerrar. Sei que está no horário e agora também há o voo. Então, o Deputado Guilherme Campos vai fazer o fechamento para nós. De antemão, agradecemos a S.Exa. a qualificada participação, com competência e conhecimento de causa.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Foi um grande prazer estar aqui com todos vocês. Acho que a coleta dos subsídios só vem dar mais força aos pleitos. Eu tive oportunidade de participar de mais de uma audiência pública, e os pleitos são convergentes. Não existe nenhuma grande diferença naquilo que as pessoas, Estado por Estado, colocam como necessidades prementes.



Mais uma vez, destaco que deposito uma grande esperança e confiança no trabalho do Ministro Afif e equipe. Sem dúvida, o que o Ministro Afif vai poder dar em termos de força, estruturação do trabalho no Legislativo vai ser um diferencial para que nós possamos avançar dentro dos pleitos aqui colocados. Por isso, Levi, sua presença aqui pela Secretaria é importantíssima, porque brigar com a Fazenda não é fácil, e tem lá suas razões.

Usando as palavras do Deputado Zulke, temos que achar um acordo possível, mas temos que avançar. E acho que avançaremos, ainda este ano, em cima de um cronograma apertado, para que a micro e a pequena empresa possa trabalhar. Deixem a micro e a pequena empresa trabalhar! Não era o *slogan*? Então, deixem a micro e a pequena empresa trabalhar. Esta história de ficarem em cima de obrigações acessórias, anexo para cá, anexo para lá, depois o adicional da substituição tributária, são complicadores para o SIMPLES. Vamos simplificar o SIMPLES.

Afonso, parabéns! Zulke, parabéns! Este encontro aqui foi muito qualificado, e vai ajudar muito no pleito da nossa Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e da Comissão Especial que está analisando especificamente o PLP 237.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Afonso Hamm) - Pedimos a permanência de todos. Vamos agora apresentar um vídeo, com a fala do Ministro Afif Domingos. Solicito a todos que aqui permaneçam, para que possamos ouvir a fala oficial do Ministro, embora S.Exa. esteja aqui muito bem representado.

(*Exibição de vídeo.*)